

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**A LUTA PELA TERRA E A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA:  
TRABALHO E RENDA NAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO  
ZUMBI DOS PALMARES, PASSOS MAIA/SC**

SELIANE PIEREZAN

Florianópolis, maio de 2011



SELIANE PIEREZAN

**A LUTA PELA TERRA E A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA:  
TRABALHO E RENDA NAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO  
ZUMBI DOS PALMARES, PASSOS MAIA/SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Dr. Clarilton Edzard  
Davoine Cardoso Ribas

Florianópolis  
2011

## FICHA CATALOGRÁFICA

PIEREZAN, S.

A luta pela terra e a trajetória de resistência: Trabalho e renda nas famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia/SC.

Florianópolis SC. – 2011.

Bibliografia:

Orientador: Professor Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas  
Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

1. Projeto de Assentamento 2.MST 3.Rendas Agrícolas 4. Carvão Vegetal

TERMO DE APROVAÇÃO

**SELIANE PIEREZAN**

**A LUTA PELA TERRA E A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA:  
TRABALHO E RENDA NAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO  
ZUMBI DOS PALMARES, PASSOS MAIA/SC**

Dissertação aprovada em 27/05/2011, como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_  
Orientador: Prof. Dr. Clarilton E.  
D. C. Ribas (UFSC)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Carlos P. M. Filho  
Coordenador do PGA

**BANCA EXAMINADORA:**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Clarilton E. D. C. Ribas (UFSC)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre Guilherme Lenzi (UFSC)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Oscar José Rover (UFSC)

\_\_\_\_\_  
Marcelos João Alves (INCRA)

Florianópolis, 26 de maio de 2011

## **Agradecimentos**

Quando uma etapa é cumprida olhamos para frente e nos deparamos com uma longa jornada ainda a ser percorrida. Quando paramos e então olhamos para o passado percebemos o quanto foi feito e quantos foram os companheiros que contribuíram na caminhada.

Nesse momento, além de lutar pelo que está por vir, é nossa honrosa obrigação dizer às pessoas o quanto somos gratos por tudo o que foi vivido até aqui.

Agradeço hoje e sempre, em primeiro lugar, aos meus pais pela vida, pelos meus irmãos, pelas verdades ensinadas que são alicerces na caminhada.

Agradeço ao meu companheiro Márcio pelo amor e pelo apoio, à nossa filha Mayla Cristina por existir e trazer as nossas vidas imensa felicidade. Quando a gente pensa que ama com intensidade...aí chega um filho. A todos os citados até aqui obrigado pelo amor verdadeiro.

Obrigado aos educadores, pela troca de experiências e conhecimento. Agradeço especialmente ao Professor Ribas, pela orientação, amizade, simplicidade, pela força para que esse trabalho fosse concluído.

Agradeço aos amigos do LECERA, em especial à Aline, Marina e Fernanda, pela amizade, contribuição, cobranças, pelas conversas e risos.

Com saudade, agradeço aos colegas com os quais convivi.

E com grande alegria agradeço às famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares e ao MST pela oportunidade.

Acima de tudo, depois de tudo, agradeço por ter tanto a agradecer.





## SUMÁRIO

<u>Lista De Gráficos.....</u>	<u>xi</u>
<u>Lista De Figuras.....</u>	<u>xiii</u>
<u>ABSTRACT.....</u>	<u>xvi</u>
<u>1 - INTRODUÇÃO.....</u>	<u>17</u>
<u>2. OBJETIVOS .....</u>	<u>20</u>
2.1. Objetivo Geral.....	20
2.2. Objetivos Específicos.....	20
3.2. O Surgimento dos Movimentos Sociais e a trajetória do MST 21	
3.3. Quem são os Sem Terra?.....	25
3.4. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária – A partir de 1985 26	
3.5. O Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária.....	30
3.6. Avanços metodológicos e operacionais nas áreas de Reforma Agrária.....	32
3.7. A criação dos Assentamentos.....	33
3.8. Os créditos na Reforma Agrária.....	36
3.9. Assessoria Técnica Social e Ambiental nos Assentamentos de Reforma Agrária (ATES).....	39
3.11. O MST e os Objetivos de uma Reforma Agrária Popular.....	42
3.12. Orientações do MST para desenvolvimento dos Assentamentos.....	46
3.13. O Trabalho das Equipes Técnicas – Um Olhar do Movimento.....	50
3.14. As Rendas familiares no espaço rural.....	53
4.1. O Levantamento das Informações.....	57
A tabulação dos dados.....	61
5.1. O Assentamento Zumbi dos Palmares.....	61
5.2. A organização do Assentamento .....	63
5.3. Características da cobertura Vegetal Nativa - Bioma Original.....	64
5.4. Infra-estrutura social.....	66

<u>5.5. Educação no Zumbi dos Palmares.....</u>	<u>67</u>
<u>5.6. Atendimento a Saúde no PA.....</u>	<u>68</u>
<u>Habitação .....</u>	<u>70</u>
<u>5.8. Assistência Técnica .....</u>	<u>70</u>
<u>Comentários sobre a Produção de Carvão no Assentamento</u> <u>      72</u>	
<u>6.2. Planejamento e aplicação do primeiro crédito .....</u>	<u>74</u>
<b><u>8. REFERÊNCIAS .....</u></b>	<b><u>111</u></b>
<b><u>ANEXOS.....</u></b>	<b><u>114</u></b>
<b><u>ANEXO.....</u></b>	<b><u>115</u></b>

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Fontes de renda no PA Zumbi dos Palmares - pág.80

Tabela 2: Media das rendas brutas anuais - pág.83

## **Lista De Gráficos**

Gráfico 1: A família conseguiu desenvolver atividades agrícolas no lote a partir da aplicação do Procerá? – pág.75

Gráfico 2: A Família está em dia com compromissos financeiros? – pág.16

Gráfico 3: Divisão das famílias conforme a principal renda – pág.81

Gráfico 4: A família havia experiência na produção de carvão vegetal? – pág.88

Gráfico 5: A produção de carvão gera problemas de saúde aos agricultores? – pág.89

Gráfico 6: Famílias que continuam produzindo carvão, conforme a divisão de grupos pra as entrevistas – pág.90

Gráfico 7: A fabricação de carvão vegetal é uma atividade que gera boa renda? – pág.91

Gráfico 8: A atividade de produção de carvão, respeita as orientações para a preservação do meio ambiente? – pág. 92

Gráfico 9: Existem famílias com boas condições de renda no PA, geradas por atividades agrícolas? – pág.94

Gráfico 10: Existem famílias com más condições de renda no Assentamento? – pág.95

Gráfico 11: De quais atividades sua família gostaria de obter renda? – pág.96

Gráfico 12: O que falta para iniciar ou desenvolver melhor esta atividade? – pág.97

Gráfico 13: Posso afirmar que as famílias assentadas possuem

Assistência Técnica? - pág.99

Gráfico 14: A família participa de cursos oferecidos no Assentamento? – pág.99

Gráfico 15: Avaliação dos indicadores no período anterior ao ingresso no acampamento – pág. 101

Gráfico 16: Avaliação dos indicadores, no início do assentamento das famílias – pág. 102.

Gráfico 17: Avaliação dos indicadores na atualidade – pág.103

Gráfico 18: Há perspectiva de sucessão no lote? – pág.105

### **Lista De Figuras**

Figura1: Paisagem na Região do PA Zumbi dos Palmares – pág.65

Figura 2: Centro Comunitário do PA Zumbi dos Palmares – pág.66

Figura 3: Escola no PA Zumbi dos Palmares – pág.67

Figura 4: Forno de Carvão no PA – pág.72



## RESUMO

Objetivou-se neste trabalho: pesquisar a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas no Assentamento Zumbi dos Palmares, buscar informações sobre a discussão e aplicação do primeiro crédito, levantar dados sobre a produção de carvão vegetal, verificar se há perspectiva de sucessão no lote e se houve, na opinião das famílias consultadas, melhorias nas condições de vida com o processo de assentamento. Aplicou-se questionário para as famílias assentadas em situação regular. As fontes de renda encontradas no Assentamento são: aposentadoria, venda de carvão, leite e grãos, trabalho fora do lote e benefícios sociais. A pesquisa revelou que as famílias não conseguiram, a partir da aplicação do primeiro crédito, estruturar no lote atividades que gerassem renda suficiente, tendo como consequência um elevado número de famílias inadimplentes. A maioria das famílias indicou que gostaria de ingressar na atividade leiteira. Na opinião das famílias houve, ainda, significativas melhorias no decorrer dos anos de assentamento, a maioria dos lotes terá sucessor, sendo importante ressaltar que nenhuma família indica a possibilidade de abandono do lote. Sugere-se como elementos essenciais para a superação das dificuldades: repactuação das dívidas e disponibilização de novas linhas de crédito, com foco na atividade leiteira, com assistência técnica em quantidade e qualidade adequadas embasadas tecnicamente nos princípios do PRV (Pastoreio Racional Voisin).

## **ABSTRACT**

The objective of this work was research the combination of agricultural and nonagricultural activities in Zumbi dos Palmares farming community, find information about the discussion, concession and implementation of the first loan, collect data about local coal production, and examine improvements in living conditions after the change from city. The existing sources of income in the Zumbi dos Palmares farming community are: payment by retirement, sale of coal, milk and grain, work off the community and social benefits. The survey showed that households were unable, from the first application of the credit structure in the lot activities that generate enough income, and consequently a large number of households in default. Most families indicated he wanted to enter the dairy business. In the opinion of the families were also significant improvements over the years of settlement, most of the land parcels will have successor, is important to note that no family indicates the possibility of leaving the lot. Last, It has been suggested as essential for overcoming the difficulties: the renegotiation of debts and provision of new credit lines with a focus on dairy farming, with technical assistance in adequate quantity and quality technically based on the principles of VRG (Voisin Rational Grazing ).



# 1 - INTRODUÇÃO

O Assentamento Zumbi dos Palmares está localizado no município de Passos Maia, situado na região Oeste do Estado de Santa Catarina. O município de Passos Maia possui população de 4.429 habitantes, segundo dados do IBGE<sup>1</sup>, a economia municipal está baseada na agricultura e no setor madeireiro. Sua emancipação política e administrativa ocorreu no ano de 1991, até então a localidade era distrito de Ponte Serrada. A história do Município coincide com a ocupação de terras e com o processo de Reforma Agrária em seu território, pela criação dos primeiros Assentamentos. Atualmente, Passos Maia possui, de acordo com dados do Incra<sup>2</sup>, 560 famílias beneficiárias em 12 Assentamentos.

O elevado percentual de pessoas encontrada no meio rural do município está associado ao grande número de famílias assentadas, fruto das constantes ocupações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Assentamento Zumbi dos Palmares é o maior do município, composto por 102 famílias, e tem sua portaria de criação expedida em 14 de Março de 1997. Originou-se da histórica ocupação da Fazenda Ameixeira ocorrida no ano de 1995 na qual aproximadamente 700 famílias amanhecera na área, sendo esta uma das maiores ocupações de terras do estado de Santa Catarina.

Se de um lado há movimentos sociais organizando famílias e lutando pelo acesso a terra, há também o poder público federal historicamente versando leis, instruções normativas e resoluções acerca desse processo. Os documentos oficiais que normatizam a Reforma Agrária no Brasil, referem-se desde o processo de desapropriação até o estabelecimento das famílias na área, conciliando o não abandono da terra com a obtenção de renda suficiente para uma vida digna no meio

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

rural. Percebe-se que cresce a importância de não apenas disponibilizar a terra, mas também infra-estrutura social (acesso à educação, saúde, transporte, moradia, lazer, etc.) e produtiva (solos férteis, assessoria técnica, apoio ao crédito e comercialização).

A implantação e o planejamento dos Projetos de Assentamento (PA) são regidos atualmente pela Instrução Normativa - Incra nº 15 de 30 de Março de 2004. Entre muitas exigências, consta neste documento, a importância de garantir a participação das famílias nas atividades de planejamento e execução de ações relativas ao desenvolvimento territorial da área conquistada. É previsto, ainda, a disponibilização de assistência técnica para contribuir na definição das atividades agrícolas na área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica e licenciamento ambiental de acordo com as leis em vigor. É importante reiterar que o MST, pelo seu acúmulo de experiências, contribui na discussão e na implantação de metodologias de organização do espaço e da produção, com foco no futuro do Assentamento.

Fato importante a se considerar é que a maioria dos Assentamentos do Estado de Santa Catarina tem sua criação anterior à normativa acima citada e o grande desafio está, portanto, em estudar e re-planejar o desenvolvimento destes assentamentos que não foram alvo das políticas recentes concernentes à Reforma Agrária. Estudos revelam que os esforços deverão se concentrar principalmente no fomento à organização produtiva e cooperação das famílias, assim como na melhoria dos serviços sociais básicos, nas moradias e na adequação às leis ambientais, para que os sujeitos possam receber investimentos e realizar um trabalho efetivo de conscientização para o cuidado com o ambiente, tanto nas práticas produtivas, como no dia-a-dia das pessoas.

Nesse contexto se insere o Assentamento Zumbi dos Palmares. No decorrer do processo de assentamento, as famílias receberam crédito e moradia; organizaram seu lote

para o processo produtivo agrícola. Atualmente as famílias obtêm suas rendas de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no Assentamento e no seu entorno.

Nas observações realizadas e na convivência com as famílias, a baixa renda e a inadimplência são pontos principais dos debates e das reclamações. Da mesma forma, os trabalhos não-agrícolas e a produção de carvão vegetal são motivos de críticas ao Assentamentos e às famílias que lá vivem.

O Licenciamento Ambiental do PA (Projeto de Assentamento) Zumbi dos Palmares reforçou novamente o que já vem sendo preocupação dos que atuam na área: os danos de várias ordens causados pela produção de carvão. Vários trabalhos vêm sendo conduzidos para que a produção de carvão vegetal seja substituída por outra prática que gere renda mensal e permita o sustento das famílias com respeito ao meio ambiente.

Este trabalho se propôs a pesquisar as famílias que passaram pelo processo de acampamento/assentamento e se mantém até os dias atuais na área. Foram feitos levantamentos relacionados aos tipos de ocupações e principais fontes de renda, com atenção especial voltada para aspectos inerentes à produção de carvão vegetal. Tendo em vista que investigar a realidade dos assentamentos se configura sempre como uma tarefa complexa, se fez um resgate principalmente no que se refere às políticas de crédito e sua efetiva aplicação no Assentamento Zumbi dos Palmares, visto que sua criação se deu antes da implementação das normativas que permitem melhor planejamento e maior participação das famílias nas discussões. Por fim, o trabalho se propõe a buscar as opiniões das famílias acerca da sucessão no lote e de suas vivências antes, durante o processo de assentamento e nos dias atuais, verificando a satisfação das famílias com a vida no Assentamento Zumbi dos Palmares.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

Pesquisar a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas nas famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares e a composição de suas rendas.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Realizar pesquisa bibliográfica acerca da Reforma Agrária no Brasil, das proposições e ações no âmbito governamental e dos movimentos sociais;
- Descrever os serviços oferecidos e a infra-estrutura disponível às famílias do Assentamento;
- Levantar o número de famílias que passaram pelo processo de acampamento/assentamento e vivem no PA;
- Buscar informações sobre o processo de discussão e aplicação do primeiro crédito de investimento acessado pelas famílias;
- Pesquisar as principais fontes de renda e a importância destas para as famílias do PA;
- Levantar informações sobre as principais ocupações das famílias, com ênfase para a produção de carvão vegetal;
- Examinar a opinião das famílias em relação a melhorias em sua qualidade de vida e trabalho com o processo de assentamento;
- Verificar se há perspectiva de sucessão no lote;
- Apontar sugestões que possam contribuir para a superação das dificuldades e contradições presentes na atividade econômica destas famílias.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1. Legislação Brasileira - A Reforma Agrária em Pauta**

As primeiras proposições acerca da Reforma Agrária no Brasil foram geridas em meados de 1946, na base de partidos políticos, movimentos religiosos e sociais, que sugeriram a Reforma Agrária para o campo brasileiro como contraponto em relação à histórica concentração de terras.

Em 1964 a proposta de Reforma Agrária passou do campo político para o regimental. Segundo Stédile (2005), é então que surge a primeira lei tratando da Reforma Agrária no Brasil, Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964, que também ficou conhecida como o Estatuto da Terra, assinado pelo Presidente Castelo Branco no primeiro Governo Militar do Brasil. Parece contraditório o fato de que a primeira lei para Reforma Agrária tenha sido assinada por um governo militar, mas é aceitável se pensarmos na ascensão de lutas pela terra que vinham ocorrendo em todo território nacional, na Revolução Cubana de 1959 e na Reforma Agrária em outros países da América.

Para Morisawa (2001), o Estatuto da Terra foi realmente elaborado para favorecer os interesses dos trabalhadores rurais, prova disso é que na época houve grande pressão contra a lei. Fato real é que, com o Estatuto da Terra, o Estado manteve a questão agrária sob seu controle e as poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização.

### **3.2. O Surgimento dos Movimentos Sociais e a trajetória do MST**

Com base no cenário anteriormente citado, Stédile (2005) relata o surgimento de movimentos camponeses articulados nacionalmente, como as Ligas Camponesas, Ultabs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), Master (Movimento de Agricultores Sem Terra), Frente

Agrária Católica, assim como a articulação de camponeses organizada pelas Dioceses locais e ainda, a partir de 1963 a criação dos Sindicatos Rurais que até então eram proibidos. Em 1975 é criada a CPT (Comissão Pastoral da Terra), também a Igreja Católica com sua atuação no Sul do País contribuiu para o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Segundo Caldart (2008), o MST é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro. O MST teve seu surgimento consolidado no período que compreendeu os anos de 1979 a 1984, sendo criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984 em Cascavel no Estado do Paraná. O Movimento está organizado em 22 Estados brasileiros, segue com os mesmos objetivos definidos neste encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba (também no estado do Paraná) em 1985: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa.

Além de registrar em sua história a conquista de áreas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias com produção de alimentos, em “MST, Lutas e Conquistas” (2010), tem-se dados importantes sobre os avanços e conquistas na área da educação. Em toda a história da organização, foram organizadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 compreendem atividades até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 prevêm o Ensino Médio). Há 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes, dos quais 120 mil estão em escolas públicas. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental,

médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em Acampamentos e Assentamentos. Mais de 100 mil Sem-terras entre crianças, jovens e adultos, foram alfabetizados. Por ano há, aproximadamente, 28 mil estudantes e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização.

Através de parcerias com universidades públicas e privadas, trabalhadores e trabalhadoras assentados estudam em 50 instituições de ensino, existem aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil estudantes nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo).

Dentro dos acampamentos são instaladas as Escolas Itinerantes, consideradas espaços de conhecimento, criação e socialização com base em valores democráticos, que se deslocam junto com os acampamentos. Esta modalidade já foi legalmente aprovada e reconhecida pelos Conselhos Estaduais de Educação no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Alagoas, Pernambuco e Piauí.

Além dos cursos formais, diversas atividades, encontros e cursos de capacitação foram realizados e continuam em andamento, mantendo a perspectiva de aprofundamento e troca de experiências em relação a novas técnicas agrícolas que estejam de acordo com o ambiente, produzindo alimentos de melhor qualidade para os consumidores. O destaque é dado também às parcerias com o governo de Cuba que possibilitou que 46 estudantes se tornassem médicos e mais 80 estivessem estudando. Na Venezuela, tem-se 30 estudantes em um curso de capacitação para Agroecologia.

Para Caldart (2006), são conquistas de uma luta coletiva na qual muitas pessoas também perderam sua vida, seja no dia a dia da violência do latifúndio, seja em massacres

mundialmente divulgados, como o caso de Eldorado dos Carajás no Pará, em 1996. Para a autora é assim que o MST vem ajudando a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária: fazendo a luta pela terra e afirmando, em suas iniciativas, a possibilidade de novas relações sociais, de um novo projeto de desenvolvimento para o campo e para o país.

O MST tem chamado a atenção dos diversos segmentos da sociedade por apresentar determinadas características que o distinguem em sua trajetória de movimento social. Uma trajetória breve, se a considerarmos dentro de um processo histórico mais amplo, mas longa se a compararmos com a maioria dos movimentos camponeses do Brasil. No decorrer dos anos o MST tem ampliado seu universo de atuação e tem passado constantemente por mudanças organizacionais; criou uma estrutura e uma identidade própria, seus setores conduzem trabalhos de estudos conceituais e práticos de acordo com os valores da organização e a maioria de suas atuações e debates, trazem a perspectiva de uma nova sociedade.

De acordo com Fernandes (2000), o processo de mudança são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. Esta é uma forte característica do MST, de modo que quando se estabelece uma atividade, ela está sendo exercida há tempos, porque surgiu da prática e ação, não de um projeto previamente elaborado. A organização do Movimento vai sendo formada através da luta, não havia e não existem ainda, fórmulas prontas que indiquem como agir nas diversas possíveis circunstâncias.

As ocupações de terra, as conquistas e as derrotas dos movimentos camponeses e o crescimento da participação das famílias de origem urbana na luta pela terra são realidades indicadoras da resistência dos Sem-terra no confronto com as políticas de controle social do Estado e da lógica capitalista (Fernandes, (2003) citado por França (2005)<sup>3</sup>).

---

<sup>3</sup> Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Núcleo



### 3.3. Quem são os Sem Terra?

Segundo Ramalho (1998), a luta pela terra apresenta uma historicidade que se expressa desde o início do processo de “ocupação” e “desenvolvimento” do Brasil, tendo os povos indígenas como vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram. É por se tratar de uma trajetória histórica que se tem, no seio da luta pela terra, a luta também dos escravos, a luta travada entre camponeses e exército (1896/97, Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia), a Guerra do Contestado (ocorrida entre 1912 e 1916 no Paraná e Santa Catarina), Trombas e Formoso na década de 50, (ocorreu em Goiás quando iniciaram conflitos por questão de grilagens de terras) e pelas as Ligas Camponesas (décadas de 50 e 60).

Ainda segundo Ramalho (1998), é a própria contradição que move a história do Brasil. A situação se agrava na década de 90 com o impacto modernizante em que a maior parte dos “excluídos” tem suas raízes no campo. Saindo do campo nas décadas de 50 a 70 e não sendo integrados à cidade pela desqualificação profissional, esta parcela da população, segundo a autora, estaria condenada a não existir em lugar nenhum.

Para Stédile e Fernandes citados por Ramalho (1998), os Sem-terra são todos os trabalhadores rurais e urbanos que fazem parte da luta contra a expropriação e exploração do capital e que, portanto, defendem que a Reforma Agrária é um direito de todos, não importando se os indivíduos combatentes tiveram sua origem na terra ou não. Podem ser Sem-terra: pequenos produtores, meeiros, posseiros, mecânicos, carpinteiros, pedreiros etc. Para Oliveira (1996), “trata-se, pois, de uma luta de expropriados que na maioria das vezes

---

de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, intitulado Assentamentos em Debate, sob a coordenação de Caio Galvão de França. Reúne diversos pesquisadores que abordam temas relacionados à Reforma Agrária no Brasil.

experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente”. Para o MST, “a Reforma Agrária não deve ser um objetivo exclusivo dos trabalhadores rurais, mas deve congrega o conjunto das classes trabalhadoras brasileiras”.

### **3.4. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária – A partir de 1985**

Na “Nova República”, em 1985, foi retomada a discussão sobre a aplicação do Estatuto da Terra, tal responsabilidade foi assumida pelo grupo coordenado por José Gomes da Silva (Presidente do já criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra) que elabora o projeto intitulado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) afim de colocar em prática a lei criada em 1964. Morisawa (2001), explica que o PNRA, durante sua tramitação pelo Congresso Nacional, teve seu texto totalmente modificado, o que o tornou impraticável. Insatisfeito com as modificações, José Gomes da Silva e seus colaboradores deixaram o governo, mais tarde o plano também foi abandonado.

Com os governos de Sarney, Collor e Itamar, poucos avanços ocorreram. Segundo Heinem (2009), as restrições ou retrocessos legais, quanto à amplitude e às possibilidades de realização da Reforma Agrária, somados à falta de regulamentação de dispositivos constitucionais relacionados à matéria, serviram de justificativas, evidentemente sem fundamento, para que o Ex-Presidente Collor de Melo nada fizesse neste campo, apesar das crescentes cobranças das organizações dos trabalhadores e da sociedade como um todo. De fato, os interesses neoliberais defendidos por seu governo não comportavam a melhor distribuição da terra. Como resultado, o curto período de seu governo caracterizou-se pelo aumento da violência no campo, inclusive contra as representações dos trabalhadores. Nos anos do mandato de

Itamar Franco foram realizadas algumas desapropriações, sem um plano ou metas definidas, que visaram apenas minimizar as tensões sociais no campo, o que não pode ser concebido como Reforma Agrária. Foi neste período que o Congresso Nacional, majoritariamente conservador em relação à matéria agrária, aprovou a Lei nº 8.629/93 (Lei Agrária) e a Lei Complementar nº 76 (Procedimento Judicial de desapropriação para fins de Reforma Agrária).

Fernando Henrique Cardoso encarou a Reforma Agrária não só como uma forma de desenvolvimento da agricultura familiar, mas também como solução do problema da segurança alimentar e redução dos conflitos agrários. Na explicação de Morisawa, FHC tratou o assentamento de famílias como uma medida paliativa, longe de representar Reforma Agrária. Segundo Mendonça<sup>4</sup> (2006), foi durante o governo FHC, que o Banco Mundial iniciou três programas que inauguraram uma trajetória de acesso à terra e uma nova concepção de desenvolvimento rural, sendo eles: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza.

Em pesquisa realizada pela Rede Terra de Pesquisa Popular, constituída por organizações da Via Campesina<sup>5</sup> no Brasil, abrangendo os programas Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e Nossa Primeira Terra, durante o período de 1997 a 2005, comentada por Mendonça (2006), se revelou que 35% das famílias investigadas não tiveram oportunidade de escolha da sua terra. Em relação à negociação para a compra da terra, 41% dos entrevistados revelaram não

---

<sup>4</sup> Maria Luiza Mendonça é jornalista e membro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

<sup>5</sup> A Via Campesina é um movimento internacional de pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, gente sem terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas. É um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo. As 148 organizações que formam a Via Campesina estão em 69 países da Ásia, África, Europa e do Continente Americano. (fonte: [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org))

ter participado deste processo, esse número sobe para 61% quando se trata dos contratos coletivos, que representam a maioria dos projetos do Banco Mundial. Entre as famílias que ingressaram no programa entre 2003 e 2005, 58% não participaram da negociação.

Quanto à produtividade da terra que adquiriram, 48% das famílias afirmam ter encontrado terras que estavam totalmente abandonadas. Este número sobe para 56% entre as famílias com contratos coletivos. Como nestes casos as áreas compradas possuem grandes extensões e podem ser caracterizadas como latifúndios, significa que estas terras deveriam ter sido desapropriadas para a Reforma Agrária.

Fernandes (2003) citado por França (id,2005), relata que com a eleição do presidente FHC em 1994 e a promessa de realização da Reforma Agrária, aumentou o número de famílias que ocuparam terras, tendência esta que continuou crescendo no mesmo sentido até o ano de 1999. O primeiro governo FHC foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil. Três fatos contribuíram para a implantação desse número de Assentamentos: 1) o massacre de Corumbiara em 1995, no estado de Rondônia; 2) o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Para; 3) o governo FHC acreditava que os sem-terra eram aproximadamente quatrocentas mil famílias e, com o assentamento, o número de famílias tenderia a diminuir (Cardoso, 1991 citado por Fernandes). O aumento do número de famílias assentadas significou o aumento do número de pessoas que ocupavam terras e vice-versa. A cada Assentamento criado, multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta. Essa realidade não se encaixava na tese do governo FHC, que defendia não haver tantas famílias sem-terra e nem tanta terra para fazer a Reforma Agrária.

De fato, o governo FHC tratou a questão da Reforma Agrária como uma política compensatória, como uma

possibilidade de atender um determinado número de famílias que representaria o resíduo do campesinato brasileiro. Sob a pressão do MST e de outros movimentos sociais, foram criadas políticas de crédito, de educação para o campo e de assistência técnica a partir de modelos propostos pelos movimentos. Com o avanço das ocupações, as políticas de educação e de assistência técnica foram extintas e a política de crédito foi substituída por outro modelo imposto pelo governo.

Ainda para Fernandes (2003) citado por França (id,2005), o segundo governo FHC foi muito diferente do primeiro. Em 2000, o número de ocupações começou a diminuir e, em maio de 2001, o governo publicou uma medida provisória para criminalizar as ocupações. A Medida Provisória (MP) 2.109-52, de 24 de maio de 2001, passou a criminalizar as pessoas que ocupam terra e a privilegiar os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação, e por quatro anos, quando houver reincidência. As ocupações de terra eram acompanhadas com rigor pelo governo e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de 24 horas, o que resultava, na maior parte das vezes, na prisão das lideranças. Desse processo político que denominamos “judicialização” da luta pela Reforma Agrária, ocorreram casos em que os juízes mandavam prender lideranças como prevenção as ocupações. Ainda com a diminuição do número de ocupações, o número de assentamentos regrediu. Para “propagandear” que o número de assentamentos implantados não teria diminuído, o governo usou uma estatística imaginária que contava assentamentos implantados em governos anteriores, pelos governos estaduais e que incluía ainda as famílias que o governo prometera assentar. Criava-se, dessa forma, “clones” de assentamentos e “assentamentos imaginários”, que só existiam nas tabelas de dados do governo.

Muitos autores (Ferreira, 1994; Alentejano, 2002; Moreira, Targino e Menezes, 2002) citados por França (id,

2005), têm alertado para o fato de que o poder público no Brasil não tem e nunca teve uma política de Reforma Agrária de abrangência nacional, voltada para alterar significativamente a estrutura fundiária do país. O que se tem realizado são ações pontuais de assentamento de famílias de trabalhadores sem-terra em zonas de conflito fundiário ou em áreas que passam por processos de decadência econômica ou de reestruturação produtiva. Portanto, as ações implementadas pelo governo federal a partir de 1985 depois da reabertura política, formam a política de assentamento de famílias sem-terra. Essas ações certamente têm tido impactos importantes sobre o meio rural brasileiro e sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no país, mas não podem ser confundidas com Reforma Agrária.

Para Sauer (2005) citado por França (2005), há um descompasso entre os investimentos para a aquisição de áreas e o assentamento de famílias e as demais ações governamentais voltadas para melhorar as condições de vida ou preservar o meio ambiente nos projetos. Esse descompasso já foi amplamente constatado e é resultado de uma opção governamental de investir no “cumprimento de metas”, realizando ações de visibilidade pública capazes de serem expressas em números.

### **3.5. O Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária**

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi aprovado no Governo Lula, em Novembro de 2003 e apresentado à sociedade durante a Conferência da Terra, em Brasília e no Fórum Social Mundial de 2005. Na cartilha do plano está descrito que “o meio rural brasileiro precisa se tornar definitivamente um espaço de paz, produção e justiça social” e afirma que a Reforma Agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal, é uma necessidade urgente com potencial transformador da sociedade

brasileira. Suas metas representam o maior plano de Reforma Agrária da história do Brasil e se prevê em seu texto ações para que as famílias possam produzir, gerar renda e ter acesso aos direitos fundamentais como saúde e educação, energia e saneamento.

Consta no Plano que, para a viabilidade no novo modelo de Reforma Agrária, na recuperação dos atuais assentamentos e na implantação dos novos se terá assistência técnica, acesso ao conhecimento e às tecnologias apropriadas. As atividades estarão orientadas por projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma em comprometimento com a sustentabilidade ambiental.

#### Resumo das metas do II PNRA (2003-2006)

Meta 1: 400.000 novas famílias assentadas;

Meta 2: 500.000 famílias com posses regularizadas;

Meta 3: 130.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;

Meta 4: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;

Meta 5: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;

Meta 6: Implementar cadastramento geo-referenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;

Meta 7: Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;

Meta 8: Garantir o re-assentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;

Meta 9: Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;

Meta 10: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias;

Meta 11: Universalizar o direito à educação, à cultura e à

seguridade social nas áreas de Reforma Agrária.

Dados do próprio governo<sup>6</sup> revelam que, no período entre os anos de 1995 e 2002, foram assentadas em média 65.548 mil famílias por ano, entre os anos de 2003 até 2006: 100 mil famílias ano, e no período compreendido entre 2004 e 2007: 130 mil famílias ano. Tais números geraram muitos debates e discordâncias entre governo e movimentos sociais. Em números totais, segundo dados do Incra, atualmente sua de atuação abrange 8.562 assentamentos, instalados em mais de dois mil municípios do Brasil e beneficiando 906.878 famílias assentadas.

Segundo Russo<sup>7</sup> (2008), é preciso mobilizar as energias da sociedade e o acúmulo do Estado conseguidos até aqui para impulsionar as mudanças normativas que se fazem necessárias, como fortalecer institucionalmente o programa de Reforma Agrária e atualizar e atualizar os defasados índices de produtividade que ainda são da década de 70 e que são exigidos para classificar a grande propriedade rural como “produtiva”, isenta de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, segundo a Constituição. A Reforma Agrária precisa, sobretudo, dialogar com os movimentos sociais que organizam os demandantes prioritários – os trabalhadores rurais sem terra.

### **3.6. Avanços metodológicos e operacionais nas áreas de Reforma Agrária**

A partir do II PNRA, avanços ocorreram e intensificaram-se as discussões não só relacionadas à disponibilização de área para o assentamento das famílias, mas sobre um conjunto de medidas que devem estar associadas para

---

<sup>6</sup> Fonte: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

<sup>7</sup> Osvaldo Russo é diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Foi presidente do INCRA (1993/4) e secretário nacional de Assistência Social (2005/6).



que tenha sucesso a implantação e o futuro do Assentamento.

É a Instrução Normativa – Incra nº 15 de 30 de março de 2004, que está regulamentando a implantação e posterior desenvolvimento dos PAs. Na Normativa está garantida a maior participação das famílias nas atividades de planejamento e execuções de ações relativas ao desenvolvimento territorial, acabando, por exemplo, com os chamados “quadrados burros”, nos quais os lotes eram divididos nos escritórios do Incra e nem sempre as locações previstas pelo projeto representavam as melhores divisões práticas.

A Normativa ainda garante a assistência técnica desde a implantação do Assentamento que tem por objetivo definir o modelo de exploração da área, organização espacial, moradia, infra-estrutura básica, licenciamento ambiental e serviços sociais (todo planejamento deverá respeitar as leis ambientais). Num foco mais abrangente, se estabelece como função do Incra a articulação e integração das políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, eletrificação rural e saneamento básico, necessários ao desenvolvimento do projeto de assentamento, bem como cabe ao Incra ainda possibilitar que as áreas reformadas sejam indutoras do desenvolvimento territorial combatendo as causas da fome e da pobreza.

### **3.7. A criação dos Assentamentos**

O Incra, em suas normativas<sup>8</sup>, conceitua Projeto de Assentamento (PA): consiste num conjunto de ações, em área destinada à Reforma Agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção

---

<sup>8</sup> Fonte: [www.incr.gov.br](http://www.incr.gov.br)

sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

Segundo Sauer (2005) citado por França (2005), o Assentamento é um espaço geograficamente delimitado que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de Reforma Agrária. A constituição do Assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. O Assentamento é fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas etc., sendo, portanto, artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social (Carvalho, 1999).

De acordo com Ramos (2009), para movimentos sociais como o MST, o Assentamento é um lugar estratégico de envolver os indivíduos, é um espaço do conhecer e do aprender, local de formação da cidadania outrora negada pela marginalização social conferida pelo sistema. Antes de tudo é um espaço comunicativo, que é a primeira dimensão do espaço de socialização política construída no processo de organização social com o objetivo de transformar a realidade dos sujeitos envolvidos, por meio da luta pela terra no âmbito das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

A criação do assentamento é, então, produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso a terra. A mobilização e organização sociais, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado e os questionamentos das leis de propriedade caracterizam o que Bourdieu definiu como “as lutas pelo poder de di-visão” capazes de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras (Bourdieu, 1998, citado por França (2005)).

Segundo Heredia et al. (2001), o Estatuto da Terra, como visto, foi a primeira legislação a estabelecer uma

sistemática de intervenção e de desapropriação, e a prever a indicação de “áreas prioritárias de Reforma Agrária”, mas elas não se tornaram realidade durante o período militar. Uma certa perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização, em 1985. A proposta do primeiro PNRA, pautada sobre o Estatuto, propunha o estabelecimento de zonas prioritárias de Reforma Agrária. No entanto, a reação das forças anti-reformistas levou ao abandono dessa idéia. O que houve daí para frente foram desapropriações não sistemáticas, não planejadas, que embora bem mais freqüentes do que no regime militar, ocorreram na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais que com o arrefecimento da repressão, desenvolveram-se mais rapidamente. As medidas que resultaram na criação dos Assentamentos do período democrático, sem estarem orientadas para a realização de uma Reforma Agrária “massiva”, como exigiam os movimentos de trabalhadores, mas adotadas sob pressão desses, foram potencializadas por uma certa simultaneidade (“pacotes” de desapropriações) e por sua concentração nas áreas em que os movimentos atuavam, mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas. A percepção do sucesso do caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem na mesma linha, novas desapropriações sendo feitas, adensando-se os Assentamentos em determinadas áreas e levando os movimentos a tentarem repetir a experiência em outras tantas. Assim foram surgindo como que “áreas reformadas”, *a posteriori*.

No estudo realizado por Heredia et al. (2001), as estreitas relações entre as desapropriações e as iniciativas dos trabalhadores rurais e seus movimentos se evidencia quando são analisadas as informações sobre a existência de conflitos e sobre a iniciativa do pedido de desapropriação. A quase totalidade dos assentamentos pesquisados por Heredia et al. (2001), nasceu de situações de conflito: 88 dos 92 casos da amostra (96%) nasceram de alguma disputa pela propriedade

da terra (não necessariamente com uso da violência, embora esta esteja presente em muitos casos) entre proprietários e “ocupantes”, sendo que em 82 casos (89%), a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores e seus movimentos. Em apenas nove dos 92 assentamentos da amostra (10%) a iniciativa de desapropriação partiu do Inca, sendo que em apenas três deles não houve conflito<sup>9</sup>.

O que parece ter pesado, portanto, na implementação dos Assentamentos nos municípios estudados são as iniciativas dos trabalhadores e de seus movimentos. Apesar de serem múltiplas e variáveis as formas que essas iniciativas assumiram (às vezes envolvendo uma combinação de formas ou mudanças destas ao longo do tempo num mesmo local), uma classificação feita com base nas formas predominantes em cada caso aponta que a maioria dos Assentamentos pesquisados resultou de “ocupações de terra”, 59 dos 92 (63%). Também a “resistência na terra” tem peso importante, estando na origem de quase um terço (29%) dos assentamentos estudados.

### **3.8. Os créditos na Reforma Agrária**

Após a criação do assentamento são celebrados contratos de concessão de uso entre as famílias e o Inca, adquirindo a condição de beneficiários da Reforma Agrária. Depois disso, são concedidos os créditos de instalação, que estão regulamentados na Norma de Execução do Inca n° 67 de Novembro de 2007 que permite o suporte inicial aos assentados do PNRA nos Assentamentos criados ou reconhecidos pelo Inca.

Desde 2005, segundo Inca<sup>10</sup>, são cinco as modalidades de crédito:

---

<sup>9</sup> Além destes, houve também um caso em Abelardo Luz em que a iniciativa do pedido de desapropriação partiu de uma prefeitura, sem existência de conflito anterior.

<sup>10</sup> Dados encontrados na página [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br), em 20/10/2008.

- Apoio Inicial: admite a aquisição de gêneros alimentícios, sementes, insumos agrícolas, ferramentas de trabalho, animais de tração, animais de pequeno porte, matrizes leiteiras, bens de consumo de primeira necessidade e indispensáveis à qualidade de vida, sendo vedada a aquisição de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição.
- Aquisição de Materiais de Construção: é disponibilizado perante laudo, para compra de itens necessários na construção da habitação rural e no saneamento básico, permitindo também, o pagamento de mão-de-obra até o limite de 15% do valor dos recursos.
- Fomento: a modalidade fomento admite aplicação de bens de produção, insumos, mudas certificadas, matrizes e vacas leiteiras e na implantação de projetos coletivos de produção de máquinas agrícolas em condomínio, sendo vedada a aquisição de agrotóxicos.
- Adicional do Semi-Árido: apóia a implantação de obras que visem proporcionar segurança hídrica às famílias, admitindo-se o pagamento de até 15% e complementaridade em ações e programas de combate à seca, quando autorizados pela Superintendência Regional do Incra.
- Recuperação de Materiais de Construção: os recursos desta modalidade admitem aquisição de materiais de construção e mão-de-obra até 15% dos recursos, respeitando as indicações de laudo técnico individual e os valores apontados na planilha orçamentária. Poderão ser usados na complementação de iniciativas oficiais de financiamento para melhoria, reforma ou ampliação de unidades habitacionais.

No Programa de Crédito Instalação atua uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do Incra. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela assessoria técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor, que são, na maioria das vezes, os mercados locais,

lojas de material de construção e de implementos agrícolas.

Após o recebimento dos créditos iniciais e elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), as famílias estão aptas a receber o seu primeiro crédito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Atualmente as famílias são beneficiadas com três modalidades de Pronaf A.

- Pronaf A Recuperação: disponibilizado para famílias que passam a ser beneficiárias do Programa de Reforma Agrária quando legalizadas ou realocadas em lotes vagos nos assentamentos antigos. Podem ser realizadas duas operações e adquiridos equipamentos, animais, calcário, etc, para estruturar o lote e iniciar a produção agrícola.

- Pronaf A Estruturação: é concedido às famílias que passaram pelo processo de acampamento e participaram da elaboração do PDA, para a estruturação produtiva do lote.

- Pronaf Custeio A/C: financiamento adquirido para ser pago no período de um ano agrícola, destinado à compra de insumos, sementes e adubos para realizar lavoura no lote.

Os créditos destinados à Reforma Agrária necessitam de uma atenção especial, principalmente pelas equipes técnicas responsáveis, afinal são destes investimentos iniciais que surgirão o planejamento e a estruturação das atividades agrícolas no lote e a geração renda das famílias assentadas, que nos próximos anos, já começarão a pagar pelo recurso obtido.

Na análise de Guanzirolli et al. (2003), em pesquisa realizada em bancos de dados da Reforma Agrária, tem-se uma difícil relação entre o crédito do Pronaf A e o acesso à assistência técnica pelo agricultor assentado, daí destacam-se, inicialmente, duas constatações: primeiro, é amplamente reconhecido que os assentamentos rurais, em sua maioria, se localizam em áreas “distantes e desprovidas de estruturas e meios adequados”, nas quais geralmente predominam condições agroecológicas adversas. Segundo, os diversos atores envolvidos reconhecem a importância da assistência

técnica e da extensão rural na superação destas adversidades. Para a obtenção de crédito por intermédio do Pronaf A, a presença da assistência técnica torna-se necessária em dois momentos cruciais do processo: na elaboração dos projetos técnicos a serem submetidos à avaliação dos agentes financeiros e mais adiante, quando o projeto é aprovado e contratado, no acompanhamento dos mesmos, garantindo orientação e apoio aos agricultores assentados para a produção agrícola.

### **3.9. Assessoria Técnica Social e Ambiental nos Assentamentos de Reforma Agrária (ATES).**

A Norma de Execução do Inca nº 39, de 2004, estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. A partir desta, os Assentamentos passaram a receber novamente atendimento técnico exclusivo das equipes multidisciplinares organizadas após firmado o convênio de prestação de serviço. Em Santa Catarina, o convênio da ATES foi firmado com a Cooptrasc (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina) que dispõe de escritório central em Chapecó e escritórios regionais que atendem os assentados nos seguintes municípios: São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, Passos Maia, Água Doce, Campos Novos, Fraiburgo, Calmon, Curitiba, Rio negro, Vidal Ramos e Presidente Getúlio

Consta no Manual de ATES, que o objetivo do convênio é implantar ação descentralizada de apoio às famílias nos Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo Inca, em atuações direcionadas a: crédito rural, capacitação, cooperação, organização rural, infra-estrutura e serviços sociais, infra-estrutura produtiva, extrativismo, pesca artesanal, cultura, sistemas de produção, mercado e comercialização, agroindustrialização e meio ambiente, dentre outros que se

façam necessários.

Outra importante atribuição às equipes técnicas que atuam nos Assentamentos é a elaboração e acompanhamento da implementação do Projeto de Exploração Anual - PEA, Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e Plano de Recuperação do Assentamento – PRA.

Resumidamente, o PEA objetiva promover a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas em seu primeiro ano, bem como desenvolver processo educativo voltado para a preparação das famílias enquanto beneficiárias do Programa de Reforma Agrária. O PDA prevê a organização espacial da área do Projeto, com o mapeamento de solos e definição dos sistemas de produção, acompanhado do dimensionamento das parcelas ou das áreas de exploração comum, locação da rede viária, áreas de reserva legal, de preservação permanente, de uso urbano e de instalações comunitárias. O PDA deverá orientar a elaboração dos projetos técnicos de financiamento de investimento e custeio da produção pelo Pronaf ou outras fontes de créditos existentes ou que venham a ser instituídas.

O Plano de Recuperação do Assentamento – PRA, instrumento de planejamento do Incra, é constituído por um conjunto de ações de ordem complementar, definidas com base em diagnósticos prévios e aplicadas aos projetos de assentamento que se encontrarem nas fases de estruturação ou consolidação. As ações do PRA acontecerão em assentamentos constituídos há mais tempo, com desenvolvimento e consolidação não consumados, em virtude da descontinuidade, interrupção ou não implementação das ações previstas pelo PDA, ainda, em decorrência da inexistência de tal Plano ou mesmo por qualquer outro percalço que tenha contribuído para sua não implementação. Os PDAs constituem a base das informações a serem trabalhadas para elaboração dos PRAs e subsidiam a análise comparativa entre as ações planejadas e programadas para os assentamentos nas fases de implantação e consolidação em relação com a realidade encontrada após a



atualização das respectivas informações.

### **3.10. Recentes leis ambientais para fins de Reforma Agrária.**

A Resolução do CONAMA nº 289 de 25 de Outubro de 2001, estabelece as diretrizes para o Licenciamento Ambiental dos Projetos de assentamento de Reforma Agrária.

O órgão ambiental competente expedirá a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação e Operação (LIO) para os projetos de assentamento de Reforma Agrária. Sendo LP a licença concedida na fase preliminar do planejamento dos projetos de assentamento, aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento. É a LIO a licença que autoriza a implantação dos projetos de assentamento de Reforma Agrária de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características, localização e fase de implantação do projeto de Reforma Agrária. A LP constitui-se em documento obrigatório e que antecede o ato de criação de um projeto de assentamento, devendo ser expedida anteriormente à obtenção da terra, tendo prazo de expedição, após seu requerimento, de até noventa dias.

Os Projetos de Assentamento cuja implantação exija corte raso da vegetação não poderão ser criados em áreas com florestas e demais formas de vegetação protegidas por regras jurídicas. Os projetos de assentamento implantados antes da vigência desta Resolução, cabe ao responsável pelo projeto requerer, junto ao órgão ambiental competente a respectiva LIO para a regularização de sua situação ambiental.

Caberá ao órgão ambiental competente, em articulação

com o responsável pelo projeto de Reforma Agrária definir em até doze meses, a agenda e os estudos ambientais necessários para a efetivação do licenciamento e conseqüente concessão da LIO. Poderá ser admitido, a critério do órgão ambiental competente, mediante decisão fundamentada em parecer técnico, procedimento de licenciamento ambiental simplificado para projetos de assentamento de Reforma Agrária de baixo impacto ambiental, considerando entre outros critérios, a sua localização em termos de ecossistema, a disponibilidade hídrica, a proximidade de Unidades de Conservação e outros espaços territoriais protegidos, o número de famílias a serem assentadas e a dimensão do projeto e dos lotes.

A Resolução do CONAMA, pela primeira vez, exige que todos os assentamentos do Brasil devam possuir a licença do órgão ambiental competente, tanto os novos assentamentos como os antigos. Requerer a licença ambiental implica em grandes ações de estudo, de recuperação e de educação ambiental nos assentamentos. No Estado de Santa Catarina tais estudos já estão finalizados, o documento da pesquisa é intitulado Licenciamento Ambiental, resultado do convenio entre a Empresa VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Turismo Ltda e o Incra de Santa Catarina. O Assentamento Zumbi dos Palmares também já possui seu documento, é um diagnóstico ambiental completo que traz informações de ordem organizacional, da infra-estrutura, produção e da vivência social das famílias, aponta a situação atual e recomendações do que precisa ser melhorado nas mais diversas áreas para recuperação produtiva e ambiental da área.

### **3.11. O MST e os Objetivos de uma Reforma Agrária Popular**

O MST entende como Reforma Agrária Popular aquela que é feita principalmente pela organização popular. Ou seja, a

força da mobilização e a capacidade de organização das famílias sem terra apoiadas pelas populações locais, permitirão não somente conquistar a terra, mas também buscar condições para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

O Caderno de Debates I (2009) do MST traz os objetivos de uma Reforma Agrária que se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora de construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. A Reforma Agrária Popular tem por objetivos gerais:

- a) Eliminar a pobreza no meio rural;
- b) Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;
- c) Garantir trabalho para todas as pessoas, combinando com distribuição de renda;
- d) Garantir a soberania alimentar da população brasileira, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- e) Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposta as mulheres, especialmente no meio rural;
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam os biomas;
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidade de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial juventude.

A Cartilha descreve os eixos aos quais a proposta de Reforma Agrária estão centrados, que serão a seguir resumidos:

### **- A terra**

A terra e os bens da natureza são patrimônio dos povos que habitam cada território. A propriedade, posse e uso da terra e dos bens da natureza devem estar subordinados aos interesses gerais do povo brasileiro. Deve ser estabelecido um tamanho máximo da propriedade rural para cada agricultor, de acordo com cada região. Garantir acesso a terra a toda família que quiser trabalhar, desapropriar todas as propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, etc.

### **- A organização da produção no meio rural**

Orientar a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro, desenvolvendo todas as formas de cooperação agrícola e uma agricultura diversificada, rompendo com a monocultura, usando técnicas de produção agrícola sustentáveis em bases agroecológicas.

### **- Água: um bem da natureza para todos**

Não poderá haver propriedade privada da água, seja para consumo humano ou para agricultura. Será considerado de domínio público todos os rios, lagos, reservatórios das barragens, lençol freático e nascentes de água.

### **- O estado deve estabelecer instrumentos de política agrícola voltados para os interesses do povo**

O estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços, crédito, fomento a transição agroecológica, seguro, assistência técnica etc., e garantir a compra dos alimentos produzidos pelos camponeses.

### **- A industrialização do interior do País**

O programa de Reforma Agrária deverá ser instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento mais harmônico entre as regiões. Instalar agroindústrias nas comunidades rurais e assentamentos, buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas e gerar mais empregos, aumentar a renda e criar alternativas para o crescimento da riqueza em todas as regiões do interior.

### **- Um novo modelo tecnológico**

Buscar o aumento da produtividade da terra e a produtividade do trabalho, em equilíbrio com o meio ambiente, garantindo a produção de alimentos saudáveis. Desenvolver pesquisas e tecnologias agroecológicas, que promovam a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental e a elevação da produtividade do trabalho e das terras.

#### **- A educação no campo**

A educação é um direito de todas as pessoas. Construir escolas no meio rural e nas agrovilas dos Assentamentos, como forma de manter os jovens e os camponeses no meio onde vivem.

#### **- O desenvolvimento da infra-estrutura social no meio rural**

Implantação de um amplo programa de construção e melhoria das moradias no meio rural, com garantia de acesso a energia elétrica, água potável, transporte público, serviços de informática e atividades culturais em todas as comunidades rurais, bem como, desenvolver programas de prevenção de doenças junto às famílias.

Desenvolver um programa de democratização dos meios de comunicação, para que as comunidades possam ter suas rádios comunitárias e acesso a programas de TV comunitários.

#### **- Os instrumentos administrativo-institucionais do Estado**

O MST descreve algumas propostas para o funcionamento das instituições públicas para concretização das mudanças no campo, citam-se:

- Reestruturação e fortalecimento do Incra, adequando portarias, contratando funcionários e agilizando os procedimentos administrativos, vinculando-o diretamente a Presidência da República.

- Transformar a CONAB numa empresa pública tendo como

papel a garantia de preços, o abastecimento dos mercados locais e regionais de alimentos e a compra de todos os produtos da agricultura.

- Criação de um instituto público vinculado ao programa de Reforma Agrária, que tenha como função garantir a assistência técnica pública e gratuita, coordenando a metodologia e os programas de fomento. Também, realizar a capacitação geral das famílias para o novo modelo de agricultura.

### **3.12. Orientações do MST para desenvolvimento dos Assentamentos**

Encontra-se no texto “Elementos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de Reforma Agrária do Brasil”, de autoria do MST, elementos centrais para uma estratégia de desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária. Para o movimento social, um novo modelo tecnológico para a agricultura leva em conta os princípios da agroecologia, da preservação ambiental, o desenvolvimento de tecnologias adequadas e adaptadas à dinâmica produtiva de pequenas e médias unidades produtivas, contemplando:

- A redução no nível de riscos a que o agricultor está submetido, sejam estes riscos à saúde, ao meio ambiente, de perdas econômicas, etc. Por exemplo, seguro agrícola para eventuais perdas na lavoura decorrentes de intempéries.

- Redução da dependência externa, portanto, elevação do grau de autonomia para níveis mínimos de produção, independente do acesso ao crédito governamental. Essa questão permite enfrentar a dependência de grande parte dos assentados do crédito para custeio de safra, direcionado para compra de insumos de empresas agro-químicas.

- Melhoria da capacidade de resistência econômica via busca de redução de custos de produção pela utilização de insumos alternativos e/ou produzidos dentro da propriedade ou por outros agricultores (mediados por relações de trocas solidárias).

- Perspectivas de enfrentamento político e ideológico com o modelo capitalista e com o controle pelas grandes empresas de sementes e insumos chaves de produção.

Um dos motivadores para a conversão agroecológica é o incentivo à produção de sementes através de diversas campanhas. As sementes, além da carga simbólica, são também uma estratégia para a autonomia dos agricultores. A agroecologia, para o MST, é muito mais que abandonar as velhas técnicas que levam em consideração a utilização de venenos, adubos solúveis e antibióticos ou hormônios. Na verdade, a prática agroecológica exige uma postura muito mais ativa dos agricultores e técnicos para aprender com a natureza, para desenvolver novas técnicas, para incorporar novos métodos de observação, aprendizagem e testes de produtos e processos. Exige também e trabalho continuado de recuperação da fertilidade do solo. É tomada, então, a decisão política de assumir a pesquisa tecnológica em agroecologia como uma questão estratégica em vista do rumo escolhido como modelo tecnológico para os assentamentos, tendo uma visão integrada de que é preciso a qualificação técnica dos agricultores, a formação de técnicos “pés-no-chão” e a constituição de uma rede de pesquisa em agroecologia.

### **3.12.1. As novas formas de Assentamento e a organização das famílias na área.**

Para o MST as novas formas de assentamento devem estimular a convivência social, o desenvolvimento cultural e a cooperação entre as famílias assentadas. Devem ser levadas em conta as especificidades do terreno, a aptidão dos solos e o projeto produtivo a serem desenvolvido pelas famílias, reforçando ações de cooperação que assegurem condições de viabilidade econômica. O novo modelo ainda deve estimular a preservação ambiental e a produção agroecológica.

A aproximação das moradias é um estímulo à convivência e a participação social. Concebidos desde o início,

esta estrutura física do assentamento terá mais dificuldades de regredir com o passar do tempo.

### 3.12.2. Orientações para aplicação do Crédito

A aplicação dos créditos acessados deve ser pensada estrategicamente para assegurar a diversificação das linhas produtivas em que serão feitos os investimentos. De acordo com essa concepção, cada projeto deve procurar abarcar um conjunto de cinco módulos: atividades de subsistência, atividades para geração de renda mensal, atividades geradoras de renda periódica (sazonal), poupança viva e investimentos produtivos comunitários. Sendo assim, cada projeto técnico elaborado para os assentamentos deve conter os elementos de pelo menos três dos cinco módulos. Os módulos são assim definidos pelo MST:

- **Atividades de Subsistência:** apoio a atividades que assegurem a produção de alimentos e produtos essenciais para o consumo das famílias. Alcançar a segurança alimentar e nutricional significa assegurar que as famílias disponham de alimentos em quantidade suficiente para assegurar níveis mínimos de satisfação de suas necessidades. Alimentos com boa qualidade físico-química e biológicas, e disponíveis ao longo do tempo.

- **Atividades geradoras de renda mensal:** assegurar atividades produtivas direcionadas ao mercado que possibilitem renda num intervalo aproximado de trinta dias. Essa renda representa uma espécie de salário mensal que cobrirá despesas com energia elétrica, remédios, roupas, etc.

- **Atividades geradoras de renda sazonal:** atividades que se caracterizam por ter ciclo fortemente condicionado pelas estações do ano (portanto que se caracterizam por propiciar renda em períodos específicos do ano), mas que tendem a representar, num primeiro momento, a fonte principal de renda das famílias assentadas. É nessa categoria que se enquadra a



tradicional produção de grãos, apicultura, fruticultura, ervamate, etc.

- **Reservas estratégicas vivas (poupança viva):** atividades que representam uma espécie de poupança, que permitem ao agricultor dispor de produtos que possam ser vendidos em momentos de dificuldade financeira. Como exemplo dessa reserva energética está a bovinocultura de corte, ou o reflorestamento para produção de madeira.

- **Investimentos comunitários:** investimentos comuns ao conjunto do assentamento ou a uma parte das famílias. Deve ser pensado em vista das necessidades objetivamente detectadas, como meios de transporte, mercado interno de assentamento, agroindústrias, serviços sociais, etc.

Além dos elementos acima mencionados, há pelo menos outros quatro vetores a serem considerados, no momento da aplicação do crédito:

- Adaptação das alternativas produtivas às condições de solos e climas da região;

- Adaptação aos aspectos de mercado e viabilidade econômica de produção;

- Capacidade organizativa do grupo social envolvido;

- Aspectos culturais, tradição e os costumes dos assentamentos.

Após Seminário de discussão sobre a produção nos Assentamentos, realizado no ano de 2003 envolvendo lideranças assentadas, dirigentes do MST, técnicos do Incra, da Epagri<sup>11</sup> e Ceba<sup>12</sup>, foram definidas as linhas de produção que orientariam a aplicação dos créditos e o trabalho da assistência técnica, para o município de Passos Maia, apresentadas a seguir:

- Produção para o sustento das famílias: se refere à produção de alimentos básicos para o consumo das famílias, como a produção de sementes, fitoterápicos, produtos de higiene e

---

<sup>11</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

<sup>12</sup> Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, ligado a Epagri.

limpeza, sempre com orientações do Setor de Saúde do MST, objetivando atender às primeiras necessidades da família a partir do lote.

- Produção de leite: a venda do leite disponibiliza renda mensal às famílias. Estruturar a produção leiteira e, com o tempo, adequar as propriedades para técnica do Pastoreio Racional Voisin são os objetivos. A atividade já é altamente desenvolvida na região e a Cooperoeste<sup>13</sup>, possui estrutura de recolhimento, com entreposto de resfriamento no município vizinho de Abelardo Luz.

- Produção de mel: a produção de mel fornece renda sazonal. Algumas famílias já possuem colméias produzindo, outras ainda precisam ser capacitadas e sensibilizadas. As capacitações já vêm ocorrendo e os assentamentos contam com a Casa do Mel construída com recursos do Programa Terra Sol do Incra que precisa apenas de pequenos ajustes para iniciar o processo de envase. Os rótulos já estão registrados e o mel será comercializado com a marca Terra Viva.

- Reflorestamento: no debate da poupança viva para as famílias, sugere-se o reflorestamento com espécies passíveis de serem suprimidas mas em pequena porção do lote, apenas para que no futuro alguma necessidade imediata da família seja atendida.

- Piscicultura: mais recentemente, com a construção do frigorífico para o abate de peixes no município de Abelardo Luz, as famílias estão recebendo incentivos técnicos e subsídios para o início da produção de peixes. Várias experiências já vêm sendo conduzidas nos Assentamentos de Passos Maia.

### **3.13. O Trabalho das Equipes Técnicas – Um Olhar do Movimento**

Um dos grandes desafios nos Assentamentos de

---

<sup>13</sup> Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda

Reforma Agrária é o planejamento da produção com o objetivo de geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Serão aqui descritas orientações e reflexões encontradas no Caderno de Cooperação Agrícola nº 14 que tem o título “Metodologia de Trabalho e de Inserção da Assistência Técnica nos Assentamentos de Reforma Agrária”, e que é o principal documento escrito usado atualmente pelo movimento social afim de discutir tal tema junto às famílias e às equipes de ATES.

Para o movimento social, o trabalho técnico é de grande importância na Reforma Agrária uma vez que ele contribui na elaboração de novas bases para agricultura e desenvolvimento dos assentamentos. O trabalho de Assistência Técnica, agora denominado Assessoria Técnica, é um ato pedagógico, além disso, deve respeitar as orientações da organização levando em consideração as condições sociais e culturais de cada região onde será desenvolvido o trabalho.

Uma das maiores experiências vividas pelos assentamentos com programas oficiais de ATER foi no período de 1994 a 1998, no primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, o denominado programa Lumiar. Programa este que foi concebido com o discurso de que “os assentados irão contratar a assistência técnica, tornando-se gestores do programa” e “este programa deverá atingir todos os assentados”. Dessa maneira, o governo preparou a transferência dos custos do programa para os assentados e buscou desmontar qualquer relação com as cooperativas ou associações regionais organizadas pelo Movimento Social. Durante o programa, mais de 400 profissionais das ciências agrárias atuaram nos Assentamentos que foi considerado pelo MST, como umas das principais experiências de assistência técnica nos assentamentos já desenvolvidos em âmbito nacional, mesmo com todos os entraves impostos.

No Governo Lula vem sendo desenvolvido o programa de ATES, como já descrito anteriormente, que ainda está em

execução, avaliação e re-adaptação. Faz-se necessário, segundo o MST, avançar nos ajustes e debates com as operadoras do Programa, criando reais condições de efetivação dos trabalhos das equipes a campo. É preciso potencializar um canal constante de debate entre as organizações das famílias e o Incra, com constantes avaliações e garantias de sua continuidade.

### **3.13.1. A postura dos profissionais**

Para o MST, os técnicos precisam ter consciência de que nada é transformado isoladamente ou por iniciativas individuais. As mudanças sociais, a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da produção dependem sempre de iniciativas organizadas. Os profissionais precisam não apenas repassar seus conhecimentos técnicos, precisam também ter humildade para respeitar o saber popular e a experiência de vida dos trabalhadores. São poucos os profissionais que tiveram contato com pequenos agricultores ou famílias assentadas que apresentaram intimidade com a luta pela Reforma Agrária. Nas universidades, com poucas exceções, a formação técnica é voltada para o aprendizado de técnicas, principalmente relacionadas aos pacotes tecnológicos da indústria agroquímica. Percebe-se que a presença de um relevante número de técnicos, nunca se deu de forma harmoniosa e tranqüila nos assentamentos.

Os profissionais necessitam de uma postura diferenciada, têm que entender e ajudar na massificação da cooperação, consolidando a organização das famílias, difundindo a agroecologia, ajudando a elaborar métodos adequados e trabalho que visem a eficiência econômica, desenvolvendo a produção agrícola, contribuindo na elevação da consciência social rumo à consciência política do Assentamento. Além de conhecimento técnico, os profissionais

necessitam de uma boa prática pedagógica: para o MST o profissional deve ter uma formação eclética e não especializada. Outro aspecto diferenciado é a necessidade de desenvolvimento dos trabalhos em grupos de famílias (ou núcleos de base), rompendo com a lógica da visão clientelista, do atendimento de lote a lote. Desta forma, as equipes poderão desenvolver sua tarefa de forma mais participativa e pedagógica.

### **3.14. As Rendas familiares no espaço rural**

Não sendo o foco principal deste trabalho estudar conceitualmente as dinâmicas relacionais da propriedade rural, serão descritos abaixo alguns parágrafos sobre as rendas familiares no espaço rural, uma abordagem rápida do que vem sendo debatido sobre o tema.

Segundo Schneider (2003), a discussão sobre agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil desde a década de 90. A expressão “agricultura familiar” parece ter sido encaminhada como uma nova categoria pelos movimentos sociais, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). As expressões “pequenos produtores”, ou simplesmente “trabalhadores rurais”, foi sendo substituída por “agricultor familiar” englobando assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, ganhando mais força com o lançamento do Pronaf, crédito especial para a agricultura familiar, na lógica de ser uma categoria diferenciada que necessitava de políticas públicas específicas. A partir de então, novas temáticas no meio acadêmico foram surgindo e a categoria passou a ser estudada com mais ênfase.

Dentre os novos estudos, destaca-se a dinâmica da agricultura familiar no espaço rural e suas mudanças estruturais, como por exemplo, a expansão das unidades

familiares para pluriatividades. Na prática, uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades, mas cada vez menos ligadas ao cultivo da terra. Mas, Schneider (2003), chama atenção para as muitas diferenças conceituais quanto à pluriatividade. Uma de suas utilizações descreve o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade, e pode apontar um conjunto de novas atividades no meio rural, se referindo ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família.

Segundo Kageyama (2001), a renda das famílias agrícolas depende da combinação de três componentes: do valor obtido com a produção agropecuária (vendas e reserva para consumo próprio), dos salários recebidos pelos membros da família como empregados em outras explorações agrícolas e das chamadas “rendas não-agrícolas” (RNA), que compreendem recebimentos por atividades praticadas em outros setores da economia, pensões, aluguéis, juros, aposentadorias e outras fontes. Nesse caso a autora distingue os salários obtidos pelos trabalhos fora do lote das rendas “não-agrícolas”<sup>14</sup> que seriam, para ele, rendas de outras fontes, de outros setores.

Segundo Graziano da Silva (1996) citado por Conceição (2006), a emergência das atividades não-agrícolas pode ser decorrente do próprio processo de urbanização do campo, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos noventa. Em trabalho recente, Graziano e Del Grossi (1999) mostraram que, na década de 90,

---

<sup>14</sup> Para fins deste trabalho, serão consideradas todas as rendas não provindas de trabalhos agrícolas exercidos no espaço de cada lote, como sendo renda não agrícola.

especialmente no período pós-real, houve uma acentuada queda das rendas agrícolas.

Para Conceição (2006), das razões elencadas acima, a que parece ser mais fortemente sustentada empiricamente é a segunda. Realmente, o ambiente ao qual o setor agrícola é exposto na década de 90, onde estão incluídos o desmantelamento dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados para a agricultura (infra-estrutura), pesquisa agropecuária, assistência técnica teve impacto decisivo sobre as condições de atuação do setor agrícola.

Kageyama (2001) explica que o envolvimento em atividades rurais não-agrícolas depende de dois fatores principais: os **incentivos** oferecidos, como a lucratividade e o risco relativo entre atividades agrícolas e não-agrícolas, e a **capacidade da família** (determinada pela educação, renda e outros ativos, acesso a crédito, etc.) para assumir tais atividades. As famílias agrícolas podem ser motivadas para atividades rurais não-agrícolas por fatores de atração, como os maiores retornos dessas atividades, ou por fatores de expulsão da agricultura como maus resultados de colheitas, ausência de seguro para a safra ou de crédito, risco da atividade agrícola, etc.

A criação de fontes de renda não-agrícola não visa a substituição da atividade agrícola, mas pode servir para a sua viabilização, como mostram, por exemplo, as pesquisas de campo realizadas por Schneider (1999 e 2000) na Região Sul do Brasil: nas áreas estudadas da Colônia Velha Alemã (RS) e na região do Médio Vale do Itajaí (SC), ficou demonstrada a importância da pluriatividade para a manutenção da propriedade agrícola e para a reprodução do grupo doméstico dos agricultores familiares. Em pesquisa de campo de 1998, o autor pôde constatar que 78% dos membros pluriativos das famílias agrícolas estudadas, isto é, dos que tinham ocupações não-

agrícolas, forneceram algum tipo de ajuda dentro da propriedade agrícola.

Embora as RNA possam desempenhar o mesmo tipo de papel para as economias agrícolas familiares - viabilizar sua reprodução social e garantir sua permanência no meio rural -, sua participação na renda total dessas famílias, ou, em outras palavras, o grau de dependência das famílias em relação às RNA, varia grandemente entre os países e regiões. Os tipos de atividade que geram RNA, bem como seu peso relativo nessas rendas, também apresentam grande heterogeneidade.

Schneider (2003) explica que para entender a complexidade das relações sociais engenhadas nesse processo, é preciso estudar as atividades a partir do modo que são exercidas pelos próprios agricultores, portanto, é preciso adentrar no ambiente familiar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa, ou de que modo exerce as várias atividades. Definir pluriatividade pela obtenção de renda externa ou pela utilização do tempo de trabalho em atividades que não a agricultura, implica em um reducionismo conceitual que desconsidera as outras causas que podem estar na origem da decisão de um indivíduo ou de uma família em optar por uma dada estratégia. Conhecer essa causa é absolutamente fundamental para que se possam evidenciar as diferentes formas de alocação do trabalho no interior da propriedade. Isso permitirá compreender as variações onde as propriedades, seus sistemas produtivos e o contexto social e econômico são semelhantes.

Del Grossi (2000) chama atenção para o fato de que aos agricultores familiares exclusivamente agrícolas que possuem pequenas áreas de terra, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar mais de um terço da renda familiar, independentemente do local de domicílio. Dois pontos nos parecem fundamentais para serem ressaltados a título de conclusões pelas implicações que representam em termos de políticas públicas, a saber: a) a queda das rendas agrícolas dos pequenos produtores familiares no Plano Real; b) a importância



das aposentadorias nas rendas dos pequenos produtores familiares agrícolas.

O quadro geral é que as rendas não-agrícolas vêm ganhando importância para as famílias agrícolas no Brasil, destacando-se o trabalho não-agrícola e as aposentadorias. Mas não se tem claro até que ponto a presença dessas rendas contribui para elevar os rendimentos médios das famílias, contribuindo assim para atenuar a pobreza rural. Os rendimentos dependem de fatores internos (escolaridade, idade dos filhos, posição na ocupação) e de condições da economia local (infra-estrutura, equipamentos básicos de água, saneamento e eletricidade, mercado de trabalho). Como conclusão de caráter metodológico, pensa-se que, no caso brasileiro, talvez de maior importância que o conceito de pluriatividade - um atributo do trabalho - seja o conceito de “rendas múltiplas”, já que existem diversas fontes de renda não derivadas do trabalho, como as aposentadorias rurais, cruciais para a sobrevivência das famílias agrícolas mais pobres e habitantes de regiões menos favorecidas.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1. O Levantamento das Informações**

As informações para este trabalho foram obtidas através de entrevistas realizadas a campo que constituíram a fonte de dados primários. Também foram coletados dados secundários através de pesquisa bibliográfica e em demais fontes, conforme descrito abaixo.

#### **4.1.1. A coleta de dados secundários e a observação participante**

A pesquisa bibliográfica foi realizada em torno dos seguintes temas: Reforma Agrária, Movimentos Sociais, Rendas Agrícolas, Políticas Públicas, Legislação referente à Reforma Agrária, Assentamentos e áreas afins. Disponível em

livros, teses, dissertações, artigos científicos, além da rede de computadores em sites que tratam destas temáticas.

Também foi realizada pesquisa documental: nas publicações do MST sobre os temas citados anteriormente, em documentos com dados do Projeto de Assentamento e do Município como o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Documento Básico do Licenciamento Ambiental do Assentamento, na Prefeitura Municipal de Passos Maia, etc.

Além da pesquisa nas bibliografias e documentos citados, foram necessárias várias visitas ao Assentamento para coletar dados e conversar com as famílias. A observação participante se dá a partir do envolvimento com as famílias do Assentamento, encontros, reuniões, conversas e visitas. A Observação Participante consiste em observar a realidade de forma sistemática e crítica, se envolvendo politicamente com a comunidade estudada (Cimberlis, 2007). O(a) observador(a) é parte do contexto que ele ao mesmo tempo modifica e é modificado.

É um método qualitativo que permite compreender a vida da comunidade em seus vários planos, além de obter dados é um instrumento de modificação do meio estudado: tal técnica permite captar informações que por meio de entrevistas não seriam possíveis.

#### **4.1.2. Pesquisa com as famílias do Assentamento**

Segundo Lima (2001) a pesquisa pode ser entendida como a busca de informações sobre um objeto ou sobre uma realidade a ser mais bem compreendida. Trata-se, assim, do primeiro passo a ser dado quando se deseja atuar em uma determinada realidade, pois qualquer intervenção pressupõe um conhecimento prévio. Quanto mais completa e precisa for a coleta de dados, maior será a coerência, permitindo assim, a

compreensão das situações técnicas e gerenciais que contribuam para a melhoria do desempenho da unidade de produção. A obtenção dos dados consistiu, então, no recolhimento de informações dos agricultores fornecidas através de enquetes ou entrevistas, sobre a sua unidade de produção. Esse trabalho é facilitado quando se tem consciência dos aspectos a serem observados, quando se sabe aonde se quer chegar com os dados a serem coletados.

É preciso estar ciente sobre o que representa o trabalho e sobre a importância das informações solicitadas. O agricultor precisa compreender que os dados fornecidos são necessários para a formulação de propostas mais consistentes e coerentes com a realidade da sua unidade de produção.

Portanto, para Lima (2001), são condições importantes na obtenção dos dados: ter clareza quanto aos aspectos da unidade de produção a serem observados; saber de antemão o tipo de informações a serem coletadas; ter a garantia da participação consciente do agricultor ao fornecer os dados. Além disso, sempre que se fizer qualquer entrevista é indispensável a existência de uma base de apoio ou então um questionário bem estruturado de entrevista. A estrutura desse formulário segue a ordem dos aspectos da unidade de produção a serem observados e contém as informações essenciais que devem ser obtidas pelos técnicos junto aos agricultores.

O questionário realizado neste trabalho (Anexo1) apresenta perguntas de respostas fechadas, com alternativas pré-estabelecidas e outras de respostas abertas, além de se utilizar de questões com alternativas conforme a escala de Likert. Possuir perguntas de respostas abertas permitiu uma expressão mais espontânea do(a) entrevistado(a) quebrando a rigidez do formato de questionário. A escala de Likert recebe o nome de seu inventor Rensis Likert e consiste em formulações de assertivas simples e objetivas que medem o nível de concordância ou não. Para este trabalho foram usados cinco níveis de respostas, sendo eles: 1. Concordo inteiramente; 2.

Concordo parcialmente; 3. Sem opinião; 4. Discordo parcialmente e 5. Discordo inteiramente.

Para este trabalho foi identificado o conjunto de famílias legalizadas residentes no Assentamento Zumbi dos Palmares e que vivenciaram toda história de formação do Assentamento, desde o processo de acampamento até os dias atuais. Nesta etapa foram identificadas 40 famílias.

Com a contribuição da equipe de técnicos do convênio de ATES Incra/Cooptrasc, de lideranças e das agentes de saúde do PA, foi identificada a principal fonte de renda da família durante o ano. A partir de então, foram formados grupos de famílias:

- Grupo 1: Principal renda provém da aposentadoria, composto por 13 famílias.
- Grupo 2: Renda principal obtida pela produção de carvão vegetal, 9 famílias.
- Grupo 3: A principal renda é obtida da atividade leiteira, 4 famílias.
- Grupo 4: Renda principal obtida por trabalhos fora do lote, grupo este composto por 9 famílias.

Do total de 40 famílias moradoras do PA Zumbi dos Palmares que passaram por todo processo de acampamento/assentamento, foi possível identificar a principal renda de 35 famílias (agrupadas acima) não sendo possível identificar a principal fonte geradora de renda para 5 famílias.

Para cada um dos grupos considerados para este trabalho, foram sorteadas quatro famílias para serem entrevistadas. As entrevistas foram realizadas no mês de Setembro e Outubro de 2010, e cada família foi visitada em sua residência.

#### **4.1.3. A pesquisa com os técnicos**

Foram realizadas entrevistas com três profissionais de assistência técnica, formados nas áreas de ciências agrárias,

que trabalharam na região de Passos Maia e acompanharam o assentamento das famílias do PA Zumbi dos Palmares, buscando levantar informações sobre os processos vividos e realizados na época. Com esta fonte buscou-se informações fundamentais sobre o trabalho da assistência técnica, planejamento e aplicação do primeiro crédito e início da produção de carvão vegetal no Assentamento.

### **A tabulação dos dados**

Após a coleta de informações pela entrevista, foram elaborados gráficos com as respostas obtidas, a fim de responder os demais objetivos do trabalho, foi realizada, então a análise e interpretação dos dados para melhor entendimento acerca dos resultados encontrados. Também se fez uma descrição das respostas obtidas nas perguntas abertas, nas quais as pessoas expressaram livremente suas opiniões.

## **5. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**

### **5.1. O Assentamento Zumbi dos Palmares**

O assentamento Zumbi dos Palmares está localizado a 21 km da sede do município de Passos Maia, é o maior em número de famílias e surgiu da histórica ocupação da Fazenda Ameixeira formada com aproximadamente 700 famílias, denunciando a grande quantidade de terras existentes para fins de Reforma Agrária no território. Da referida ocupação, além do PA Zumbi dos Palmares originaram-se os assentamentos 20 de Novembro, 29 de Junho, Maria Rosa e Conquista dos Palmares em Passos Maia, outras famílias foram transferidas para os municípios de Caçador e Campos Novos, originando os assentamentos Hermínio Gonçalves e Sepé Tiarajú, segundo relato dos moradores.

Com Portaria de criação de 14 de Março de 1997, o

Assentamento Zumbi dos Palmares tem capacidade para 102 famílias incluindo um grupo que optou pela organização coletiva e a não divisão da área em lotes. Atualmente são 63 famílias assentadas regularizadas e aptas a acessar todas as políticas públicas e programas de governo (de crédito, desde que adimplentes) principalmente aquelas coordenadas pelo INCRA. Cada lote possui, em média, 17 hectares de área. Das 63 famílias regularizadas, 40 estão no assentamento desde o período de acampamento.

As famílias residentes no Assentamento são provenientes de várias regiões do estado de Santa Catarina (Vargeão, Passos Maia, Campo Êre, Caçador e Calmon). O nome do Assentamento homenageia a data de ocupação da área (20 de novembro de 1996), que coincide com o aniversário da morte do lendário líder quilombola Zumbi dos Palmares, símbolo de luta e resistência, neste dia também é comemorado no Brasil o Dia da Consciência Negra.

A pesquisa realizada por Heredia et al. (2001), traz informações sobre o processo de Reforma Agrária em SC na época em que o Assentamento Zumbi dos Palmares foi criado: constatou-se que a distribuição percentual da criação dos assentamentos nos períodos 1985-1989 e 1995-1997 no estado de Santa Catarina, tende a coincidir com a distribuição das formas de luta utilizadas pelos trabalhadores - resistência na terra (29%) e ocupações (64%), indicando que esta variação mais do que delimitar períodos de governo, pode estar delimitando períodos em que prevalece um ou outro tipo de conflito e em que uma ou outra forma de luta é predominante, reforçando as indicações de que as iniciativas dos trabalhadores são o motor das desapropriações.

Estudos revelam uma melhoria da vida das famílias assentadas dadas suas condições anteriormente vividas. Uma pesquisa aponta que 66% das famílias indicaram uma melhora no padrão de sua alimentação, 62% perceberam uma melhora no seu poder de compra, sobretudo de bens duráveis e 79% dos

entrevistados viram melhoras na forma de habitação. Outro dado da pesquisa referiu-se à confiança no futuro por parte destas famílias e 87% delas acreditam que o futuro será melhor. (fonte: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)).

## **5.2. A organização do Assentamento**

O PA Zumbi dos Palmares pertence à Brigada Maria Rosa que abrange todos os Assentamentos de Passos Maia. Para o MST a junção de 500 famílias denomina-se Brigada, tendo cada uma seu nome específico, dependendo da região onde se localiza.

As famílias reúnem-se em dez núcleos de base<sup>15</sup>, o Assentamento também tem seus representantes nos setores<sup>16</sup> e na coordenação geral das famílias assentadas. Os núcleos são coordenados geralmente por duas pessoas, um homem e uma mulher e são de grande importância para a organização social, bem como para a assistência técnica que realiza, através deles, seus trabalhos. As mulheres também estão organizadas por meio do Clube de Mães.

O Assentamento se articula e recebe apoio de outras organizações dentre as quais: MST, Governo Federal (principalmente através do Incra), Governo Estadual, Prefeitura Municipal e suas Secretarias, Cooptrasc etc.

Para Heredia (2001), a criação do Assentamento ao invés de ser um ponto final de um processo de luta, é um ponto de partida para novas demandas de viabilização econômica e social. A nova situação obriga os assentados a intensificar

---

<sup>15</sup> Ferramenta político organizativo tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos da Reforma Agrária, sendo grupos de 10 a 15 famílias, onde são discutidos e encaminhados assuntos pertinentes a vida no assentamento e do MST, configura-se também num espaço de formação.

<sup>16</sup> O MST busca trabalhar o todo da vida das pessoas, por isso organiza-se por setores, por exemplo: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos; Educação; Formação; Gênero; Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Relações Internacionais; Saúde, entre outros.

experiências que na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim, a lidar com um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política.

França (2005), constata que os níveis de organização interna dos projetos estão geralmente centrados na busca de benefícios sociais. Diante da histórica falta de investimentos públicos em assistência técnica e crédito para produção é justificável que, na maioria dos assentamentos, não haja grandes processos organizativos coletivos voltados para a produção. A tendência, reforçada por aspecto cultural de privilegiar o trabalho e a produção individualizada, exige um nível mais baixo de investimento do poder público.

Apesar dos lotes serem individuais, existe no Assentamento formas tradicionais de cooperação entre as famílias, conhecidas por troca-troca que são trocas de dia de trabalho ou “puxeirões”, em que um determinado número de pessoas se reúne para plantar, colher ou realizar atividades na comunidade. Essa ajuda mútua se fortalece principalmente quando há casos de doença na família, evidenciando a solidariedade existente entre todos.

### **5.3. Características da cobertura Vegetal Nativa - Bioma Original**

A área do Assentamento Zumbi dos Palmares, distribui-se sobre a Floresta Ombrófila Mista com araucária, principalmente nas nascentes, e situa-se na divisa entre a Floresta Ombrófila Mista e a Estepe (campos), segundo dados do Licenciamento Ambiental. Nesses campos ainda ocorrem capões isolados com Araucárias.

Destacam-se como espécies típicas da formação, no estrato arbóreo, associadas com o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), a bracatinga (*Mimosa scabrella*), a



imbuia (*Ocotea porosa*), a canela-lajeana (*Ocotea pulchella*), a canela-amarela e o sassafrás (*Ocotea odorifera*) entre as Lauráceas; o camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*), o camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*) entre as Sapindáceas; o rabo-de-mico (*Lonchocarpus leocanthus*) e o angico-vermelho (*Parapiptadenea rígida*) entre as Leguminosas; a sapopema (*Sloanea lasiocoma*) entre as Eleuocarpáceas assim como outros representantes das famílias Mirtácea, Compostas, Meliáceas e outras. O sassafrás (*Ocotea odorifera*) e o xaximbugio (*Dicksonia sellowiana*) figuram na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção do Brasil, entre outras coisas, pela vulnerabilidade às quais estão sujeitas as suas populações naturais em função das práticas de manejo adotadas no passado e da grande pressão de ocupação observada atualmente. No estrato intermediário (arvoretas), ainda ocorre a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) acompanhada pela guaçatunga (*Casearia decandra*), pelo vacunzeiro (*Allophylus guaraniticus*) entre outras. Em algumas regiões, no estrato inferior da floresta ocorrem grandes agrupamentos da taquara-lisa (*Merostachys multiramea*) (Dados do Documento Licenciamento Ambiental).

A florística do Assentamento encontra-se intensamente degradada pelo corte seletivo das áreas florestadas, desmatamento para o cultivo agrícola e produção de carvão. Em função dessas atividades e também da prática de queimadas, a composição florística original dessas áreas está altamente comprometida e alterada, sendo raríssimas áreas onde as espécies características da formação original estejam ainda presentes de forma natural.

Em consonância com a realidade encontrada no Assentamento Zumbi dos Palmares, França (2005), apresenta a conclusão de que o processo de Reforma Agrária é realizado com base num passivo ambiental significativo. Esse passivo é fruto da priorização de áreas em que a qualidade ambiental já está comprometida ou da seleção de áreas em que o desmatamento ainda é necessário para a implantação dos

sistemas de produção agrícola. A falta de ações direcionadas para o equacionamento desse passivo, definidas apenas em épocas muito recentes (PDA e licença ambiental), associada à priorização absoluta dos créditos para a implantação de infraestrutura e apoio à produção justificam a pouca abrangência de ações que poderiam promover o resgate da qualidade ambiental nos assentamentos.



Figural - Paisagem na Região do PA Zumbi dos Palmares (fonte: Cooptrasc, 2009)

#### **5.4. Infra-estrutura social**

O Assentamento Zumbi dos Palmares possui estruturas físicas de uso coletivo. Existem três centros comunitários, divididos em três comunidades, duas igrejas, dois campos de futebol (um de terra e outro de areia) e dois cemitérios. São nesses espaços que se realizam as atividades sociais, como reuniões, almoços comunitários, bailes, festas e atividades

esportivas e religiosas. Destaca-se também a organização do Clube de Mães e a participação das famílias em atividades ligadas a cultura gaúcha, que são organizados pelo Centro de Tradições Gaúchas (CTG) existente no município. As famílias do Assentamento integram o MST e tem funções nos seus diversos setores.



Figura 2 - Centro Comunitário do PA Zumbi dos Palmares. (fonte: Cooptrasc, 2009).

## **5.5. Educação no Zumbi dos Palmares**

As crianças do Assentamento e entorno com idade pré-escolar até o ensino médio possuem toda infra-estrutura de ensino no Zumbi dos Palmares, inclusive instalações novas em uma escola bem equipada.

Também existiam turmas de alfabetização do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, implantado pelo Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA) e coordenado pelo Incra, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e MST. Atualmente, este programa não está em execução e a comunidade relata a necessidade de se repensar a alfabetização de adultos no Assentamento.



Figura 3 - Escola no PA Zumbi dos Palmares (fonte: Cooptrasc, 2009)

## 5.6. Atendimento a Saúde no PA

As famílias possuem acompanhamento domiciliar realizado pelas Agentes Comunitárias de Saúde residentes no Assentamento, que atuam principalmente na aplicação de práticas preventivas. O atendimento médico e odontológico é realizado uma vez por semana em sala anexa à escola onde funciona o Posto de Saúde. Casos urgentes são encaminhados ao Posto de Saúde da sede do município e os mais graves transferidos para os outros municípios da região, como Xanxerê, Joaçaba ou Chapecó.

Segundo a Secretaria de Saúde<sup>17</sup> do Estado de Santa Catarina, no Brasil a implantação do PACS (Programa Agente

<sup>17</sup> [www.saude.sc.gov.br](http://www.saude.sc.gov.br)

Comunitário de Saúde), surgiu em 1991 com trabalhos de pessoas da comunidade treinadas, capacitadas e supervisionadas por profissionais de saúde. O PACS foi criado baseado em experiências anteriores bem sucedidas, constituindo-se em uma estratégia que agrega idéias de proporcionar a população o acesso e a universalização do atendimento à saúde, descentralizando as ações.

Em Santa Catarina, a implantação da estratégia do PSF (Programa Saúde da Família) que incorpora os Agentes Comunitários de Saúde, teve início em 1994 com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, proporcionando assistência à população de maneira integrada, hierarquizada e regionalizada, buscando maior resolutividade dos serviços, prevenindo doenças e promovendo a saúde da população. A equipe de saúde da família tem como função promover o conceito de saúde como direito à cidadania, humanização do atendimento à saúde, consultas médicas e de enfermagem, prevenir doenças e identificar fatores de riscos, visitas domiciliares e reuniões com a comunidade.

Quanto ao saneamento, segundo as famílias assentadas a maioria das habitações possui canalização de água e esgoto. Em relação ao abastecimento e a origem da água utilizada pelas famílias, todas possuem fonte de água, de poços superficiais. Relatam que encontram problemas de abastecimento em épocas de estiagens, mesmo nas de curto período, somando-se a isso a falta de preservação adequada no entorno das fontes e córregos.

Quanto ao destino dado ao lixo, de acordo ao diagnóstico socioeconômico aplicado no PRA pela equipe ATES, a maioria das famílias prefere queimar o lixo inorgânico, o orgânico as famílias responderam que enterram para adubação ou usam para alimentação animal.

## **Habitação**

Morar é uma das necessidades básicas de todo ser humano. Todos buscam e necessitam de um lugar para construir sua existência, ter um endereço, uma referência que os identifica e proporcione qualidade de vida.

A moradia implica não apenas aspectos materiais, mas subjetivos, quanto à individualidade das pessoas, é o local propício para descansar, alimentar-se e reproduzir-se. As pessoas criam seu estilo de vida e expressam seu modo de compreender e relacionar-se,

No Assentamento, a maioria das casas é de alvenaria. Segundo dados da Cooptrasc (2005), grande parte das casas estavam em condições regulares de conservação faltando aspectos como forração, janelas, portas e banheiros em boas condições. Está sendo implantado no assentamento um projeto habitacional, em parceria da Caixa Econômica Federal e Incra, que tem como entidade organizadora a CCA (Cooperativa Central da Reforma Agrária) e parceria da Cooptrasc na implementação do projeto habitacional. As famílias assentadas são as protagonistas deste processo e se fazem presentes desde o momento da discussão do projeto social e sua elaboração até o acompanhamento da execução que resultará na melhoria da casa e de seus arredores.

### **5.8. Assistência Técnica**

O Incra, no final de 2004, implantou a assistência técnica a todos os Assentamentos de Santa Catarina. Foi celebrado convênio em parceria com a Cooptrasc e para cada 88 famílias de assentados havia um técnico disponível. Este convênio foi estabelecido para vigorar até o ano de 2007 e atender ao modelo de ATES criado pelo Incra em maio de 2004. Um novo convênio foi realizado em 2008 para o período de três anos contemplando todos os Assentamentos, com

relação de 85 famílias para cada técnico. A equipe em Passos Maia é atualmente composta por cinco Técnicos em Agropecuária, uma Médica Veterinária, uma educadora popular com formação em História e uma Assistente Social.

A Prefeitura Municipal também disponibiliza assistência técnica e o principal programa operado no assentamento é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para compra da produção e posterior disponibilização para merenda escolar.

A assistência técnica também é realizada em todos os municípios pelo governo estadual, em convênios com as prefeituras locais através da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), que implementam todos os programas estaduais voltados para as atividades agropecuárias. A Epagri atua no assentamento com um Engenheiro Agrônomo e também com uma Extensionista Social que ministra cursos para as famílias assentadas.

## **5.9. Produção**

No Assentamento Zumbi dos Palmares existem também experiências em agricultura orgânica, mas a maior parte da produção ainda é convencional.

A produção é vendida em sua maioria aos atravessadores, pois não há no Assentamento qualquer tipo de cooperativa ou agroindústria. Existe também o modo colonial de se produzir compotas de geléias, queijo e salame, apenas para o consumo das famílias.

Entre a produção citada pelas famílias, que são utilizadas para o seu consumo e o excedente para o comércio destacam-se feijão, batata-doce, milho, mandioca, hortaliças, moranga, abóbora, arroz, batatinha, amendoim, melancia, melão, pipoca, cebola, frutas, alho, ervilha, queijo, galinhas,

pepino, leite, gado de corte, peixes e ovos.

## **Comentários sobre a Produção de Carvão no Assentamento**

O carvão vegetal é produzido a partir da lenha pelo processo de carbonização. A carbonização da lenha é praticada de forma tradicional em fornos de alvenaria com ciclos de aquecimento e resfriamento que duram até vários dias. Os fornos cilíndricos com pequena capacidade de produção, sem mecanização e sem sistemas de recuperação de alcatrão continuam sendo os mais usados. A temperatura máxima média de carbonização é de 500°C.

Segundo o documento Licenciamento Ambiental, a produção de carvão vegetal implica na dispersão de grandes quantidades de matéria e energia, iniciada com a derrubada da mata e prosseguindo durante o processo de carbonização, uma vez que as instalações existentes são projetadas apenas para o aproveitamento do carvão vegetal, perdendo-se os elementos voláteis. Durante a carbonização, a madeira, pela ação da temperatura, é decomposta em um produto sólido, o carvão vegetal. Já os gases voláteis, compostos de uma fração que pode ser liquefeita – o material pirolenhoso – são decompostos em uma fração não-condensável.

Assim, do processo de carbonização aproveita-se apenas o carvão vegetal, dispersos os gases, vapores d'água, líquidos orgânicos e alcatrão – este último de significativo valor comercial e elevado poder calorífico. Normalmente, a lenha utilizada para a produção de carvão é retirada do próprio lote, no assentamento, ou nas áreas adjacentes. A espécie preferida, relatada pelos assentados é o angico, porém nos últimos anos, tem-se utilizado os bracatingais. Não há qualquer requisição para corte ou venda durante o processo de produção de carvão (desde a extração da Bracatinga até a produção de carvão nos assentamentos), apenas a carvoaria que faz a comercialização final possui registro no IBAMA, segundo



relatos.



Figura 4 - Forno de Carvão no PA Zumbi dos Palmares (fonte: Cooptrasc, 2009)

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1. As lembranças do processo de assentamento**

Como anunciado anteriormente, as famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares têm origem de vários municípios do Estado de SC (Vargeão, Passos Maia, Campo Êre, Caçador e Calmon) e uma das perguntas costumeiramente realizadas se refere à atividade que elas desempenhavam antes de ingressar no acampamento. Todas as famílias entrevistadas no PA Zumbi dos Palmares, afirmaram desempenhar atividades ligadas a agricultura antes de serem acampadas, revelando a experiência que têm no cultivo da terra.

Atualmente há um número expressivo de trabalhadores que ingressam nos acampamentos vindos de centros urbanos,

diferente do que ocorria nas primeiras ocupações, sendo esses considerados “sem-terras” por igualmente pertencerem à classe trabalhadora.

As famílias foram perguntadas sobre o lote que receberam, em resposta expressaram suas opiniões e relataram as lembranças referindo-se principalmente às seguintes características: quanto à vegetação dizem que se tratava de “*mato fino*” e capoeira, afirmaram que a madeira boa já havia sido tirada e existiam áreas com taquara. Não existiam áreas “*abertas*” para o plantio, algumas partes eram compostas por campo nativo. Em relação às condições do solo, as expressões foram: “*a terra era ruim*”, “*terra fraca e ácida*”. Em nenhuma das respostas obtidas foram manifestados pontos positivos em referência à área no qual foram assentadas.

O estudo apresentado por Galvão (2005) aponta que o processo de Reforma Agrária é realizado com base num passivo ambiental significativo, fruto da priorização de áreas em que a qualidade ambiental já esta comprometida ou da seleção de áreas em que o desmatamento ainda e necessário para a implantação dos sistemas de produção agrícola.

## **6.2. Planejamento e aplicação do primeiro crédito**

Os créditos destinados a Reforma Agrária necessitam de uma atenção especial, principalmente pelas equipes técnicas responsáveis, afinal são estes investimentos iniciais que permitirão o planejamento e a estruturação das atividades agrícolas no lote e a partir destas, a geração de renda para nos próximos anos prover o sustento das famílias.

O primeiro crédito acessado pelas famílias assentadas no PA Zumbi dos Palmares para aquisição de estruturas e planejamento da produção foi o Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), atualmente extinto. Acerca do processo de planejamento e aplicação do primeiro crédito, as famílias lembraram que (as falas descritas abaixo

contemplam o conjunto de respostas coletadas):

*“Havia planejamento, mas nem todos investiram bem.”*  
(Agricultor 5)

*“Foi feito errado, o pessoal recebeu caixas de abelha e não sabiam trabalhar com elas, veio calcário antes da destoca, foram compradas vacas sem ter pasto.”* (Agricultor 7)

*“Aplicado errado, sem planejamento.”* (Agricultor 15)

*“Lembro que comprei arado, carroça, morreu criação por falta de trato. Foi um dinheiro desperdiçado, que se viesse hoje traria resultado.”* (Agricultor 10)

*“Foi bom, mas nem sempre aplicado de acordo com a realidade, veio calcário sem área aberta para lavoura.”*  
(Agricultor 11)

*“Tinha exigência e projeto quase fechado. Recebi destoca, mas não recebi calcário.”* (Agricultor 14)

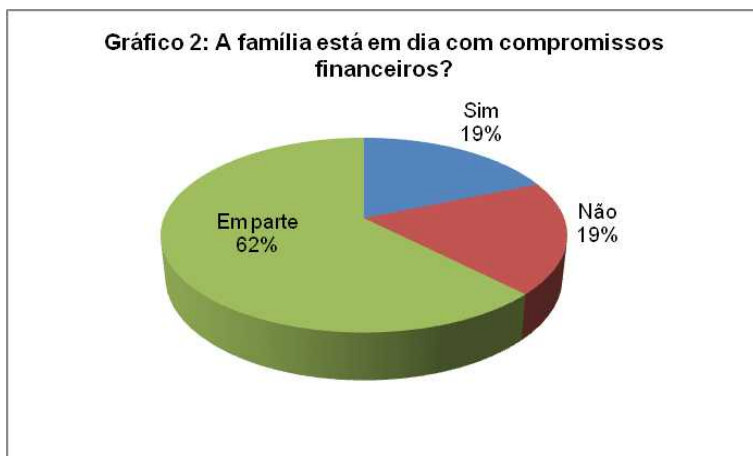
*“Ajudou em partes na organização da propriedade, faltou dinheiro.”* (Agricultor 3)

Neste sentido, procurou-se saber sobre os resultados da aplicação do primeiro crédito expondo aos entrevistados a afirmativa: *Com a aplicação do primeiro crédito as famílias do Zumbi dos Palmares conseguiram estruturar e desenvolver no lote atividades que gerassem renda suficiente para o seu sustento e o pagamento pelos recursos acessados.* Pelas respostas, verifica-se que a maioria dos entrevistados discorda desta afirmativa.



Fonte: Dados Primários

A consequência do exposto é o elevado percentual de famílias inadimplentes no PA, em decorrência do não pagamento das prestações do primeiro crédito. A situação financeira das famílias entrevistadas perante os órgãos financeiros pode ser verificada no gráfico 2.



Fonte: Dados Primários

O gráfico 2 apresenta que apenas 19% das famílias entrevistadas estão em dia com seus compromissos financeiros

e aptos a acessar créditos junto aos órgãos que oficialmente implementam as políticas públicas voltadas aos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária. A expressão “em parte” que contempla 62% das respostas, não se difere dos 19% que afirmam estar inadimplentes, pois significa que as famílias estão acessando créditos de fontes alternativas como Cooperativas de Crédito da região e os financiamentos de fácil acesso para os aposentados, que vem apresentando expressivo papel no fornecimento de recursos aos assentados.

Como visto na análise de Guanzirolli et al. (2003) em pesquisa realizada em bancos de dados da Reforma Agrária, tem-se uma difícil relação entre o crédito e o acesso à assistência técnica pelo agricultor assentado, destacam-se inicialmente duas constatações. Primeiro, é amplamente reconhecido que os Assentamentos rurais, em sua maioria, se localizam em áreas “distantes e desprovidas de estruturas e meios adequados”, nas quais geralmente predominam condições agroecológicas adversas. Segundo, os diversos atores envolvidos reconhecem a importância da assistência técnica e da extensão rural na superação destas adversidades. Para a obtenção de crédito por intermédio do Pronaf A, a presença da assistência técnica torna-se necessária em dois momentos cruciais do processo: na elaboração dos projetos técnicos a serem submetidos à avaliação dos agentes financeiros e mais adiante, quando o projeto é aprovado e contratado, no acompanhamento dos mesmos, garantindo orientação e apoio aos agricultores assentados, para a produção agrícola.

### **6.3. Entrevista com os técnicos que acompanharam a discussão e aplicação do primeiro crédito.**

Objetivando buscar informações sobre o planejamento e a aplicação do primeiro crédito de investimento recebido pelas famílias do PA Zumbi dos Palmares, foram aplicados

questionários aos técnicos do antigo e instinto Projeto Lumiar e aos técnicos da Epagri que atuaram na época do assentamento das famílias e ainda atuam no município de Passos Maia. Não houve divergências nas respostas obtidas, que serão relatadas a seguir.

A elaboração das propostas de crédito do Procera no PA Zumbi dos Palmares foi realizada através de reuniões nos núcleos de base formados pelas famílias. No primeiro encontro foi apresentada a proposta de crédito e dadas explicações do que poderia ser financiado. A segunda reunião foi realizada com cada família, para definição do projeto e seu orçamento. As principais atividades contempladas foram a produção de grãos (milho e feijão) e a bovinocultura de leite, cuja discussão estava sendo iniciada na época.

Os recursos foram liberados para cada família individualmente, através do Banco do Brasil. Em regra a liberação era promovida diretamente ao beneficiário, no entanto, vinha-se promovendo mudanças neste procedimento e tencionando para que os recursos fossem liberados diretamente aos fornecedores.

Segundo os técnicos, na época não se conseguiu planejar e acompanhar adequadamente a aplicação do crédito. Havia dificuldades em relação ao número de técnicos, pelo volume de projetos somado ao pouco tempo para o planejamento, formulação e apresentação dos projetos na instituição financeira. Eram somente dois profissionais do Projeto Lumiar, sediados em Passos Maia, que atendiam ainda os municípios vizinhos de Vargeão, Água Doce, Vargem Bonita e Catanduvás, havia ainda um veterinário que atendia de Campos Novos até Passos Maia. Além de poucos profissionais podem ser citadas as dificuldades do início do Assentamento como baixa infra-estrutura, baixa escolaridade das famílias, as origens e costumes diferentes, dificuldades de adaptação ao clima e o solo "pobre" da área. Tudo era necessário e urgente para amenizar a situação precária que as famílias viviam.

Portanto, a principal demanda de trabalho inicial, além dos projetos de crédito, era garantir a subsistência das famílias. Os trabalhos eram realizados nos núcleos e o principal tema demandado era a produção de alimentos básicos como mandioca, batata-doce, abóbora, hortaliças em geral, pequenas lavouras nas “roças de toco” onde no caso do milho se utiliza sementes crioulas, apicultura, cooperativismo e educação ambiental.

Outra dificuldade era a falta de estrutura produtiva para iniciar as atividades, o que segundo os técnicos foi agravado pelo longo tempo de acampamento vivenciado pelas famílias, consumindo inclusive suas reservas financeiras. A situação física da área também não contribuía, pois não havia estradas no PA, apenas uma de acesso em precárias condições, não havia energia elétrica e a distância da sede da cidade condicionava as famílias a um certo isolamento.

Outros fatores que dificultavam o trabalho, principalmente pelas metodologias utilizadas, eram as divergências internas entre as famílias, muitas vezes induzidas pelos madeireiros da região, resultando no início, em casos de roubos e até assassinatos que contribuía para a promoção de uma divisão nítida das famílias. Estes fatores influenciavam nos trabalhos da Assistência Técnica, pois era impossível reunir famílias de grupos distintos.

Por outro lado, significativa parte das famílias manifestava firmeza em seus propósitos de desenvolver atividades agrícolas de forma planejada. Com estas famílias as orientações técnicas eram implementadas, principalmente aquelas voltadas à produção de alimentos para o consumo, formação das primeiras pastagens e proteção de fontes de água conduzidas em parceria com a Extensionista da Epagri e os técnicos do Projeto Lumiar, produção de milho, etc.

Sobre a produção de carvão, os técnicos comentaram que foi uma forma alternativa e imediata de obtenção de recursos para a sobrevivência das famílias nos primeiros anos

de assentamento; por conta da disponibilidade de matéria prima e da necessidade de abrir áreas para a exploração agrícola, o que gerou um processo desenfreado de produção de carvão, ficando a busca de outras alternativas agrícolas de potencial para a região em segundo plano, além da grave degradação ambiental provocada.

#### **6.4. Trabalho e renda no PA Zumbi dos Palmares**

Na tabela 1 estão listadas as fontes de renda encontradas no PA Zumbi dos Palmares, bem como a porcentagem de famílias que possuem rendas provindas destas fontes. Também na última coluna, o percentual de famílias que obtém destas a principal renda durante o ano.

Tabela 1: Fontes de renda no PA Zumbi dos Palmares.

<b>Fontes de renda</b>	<b>% de famílias que possuem renda destas fontes</b>	<b>% de famílias cuja fonte é a principal renda no ano</b>
Aposentadoria	32,5	32,5
Carvão	45	22,5
Leite	25	10
Trabalho fora do lote	27,5	22,5
Benefícios Sociais <sup>18</sup>	47,5	7,5
Sem identificação	2,5	2,5
Grãos	65	2,5

Fonte: Dados Primários

As fontes de renda encontradas no Assentamento Zumbi dos Palmares são: aposentadoria, produção de carvão vegetal, atividade leiteira, trabalho fora do lote, benefícios sociais e

---

<sup>18</sup> Neste caso, os benefícios sociais referem-se ao Bolsa Família. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de Abril de 2006 ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).



produção de grãos.

Para melhor visualização, no gráfico 3 está apresentada a distribuição de famílias conforme a principal fonte de renda durante o ano.



Fonte: Dados Primários

Verifica-se que as famílias obtêm renda principalmente da aposentadoria, da produção de carvão vegetal, do trabalho fora do lote e da produção de leite.

A diversidade das fontes geradoras de renda se evidenciou nas entrevistas realizadas. O gráfico 3 revela que 85% das famílias possuem a sua principal renda durante o ano proveniente de atividades não agrícolas: benefícios sociais, aposentadoria, carvão e trabalho fora do lote. No decorrer dos anos de assentamento, 12,5% das famílias conseguiram estruturar as atividades agrícolas de tal forma, que possuem sua principal renda provinda da produção de leite e de grãos.

Segundo Schneider (2003), embora as rendas não agrícolas possam desempenhar o mesmo tipo de papel para as economias agrícolas familiares - viabilizar sua reprodução social e garantir sua permanência no meio rural -, sua participação na renda total dessas famílias, ou o grau de dependência das famílias em relação às rendas não-agrícolas,

varia grandemente entre os países e regiões. Os tipos de atividade que geram rendas não-agrícolas, bem como seu peso relativo nessas rendas, também apresentam grande heterogeneidade.

Kageyama (2001) explica que as famílias podem ser motivadas para atividades rurais não-agrícolas por fatores de atração, como os maiores retornos dessas atividades, ou por fatores de expulsão da agricultura, como maus resultados de colheitas, ausência de seguro para a safra ou de crédito para consumo, risco da atividade agrícola, etc.

Antes de tudo, é necessário explicitar que a produção de grãos encontrada em 65% dos lotes, é na sua grande maioria para o consumo da família ou utilização no lote, principalmente do milho; por esse motivo apenas 2,5% das famílias comercializam grãos e obtém desta a principal renda, a maioria das famílias comercializa apenas o excedente de produção.

Verifica-se então, que um número expressivo de famílias, 47,5%, recebem benefícios governamentais, principalmente o Bolsa Família, que contribui no complemento de renda na maioria dos casos. Mas é preciso destacar que em 7,5% das famílias este benefício é a principal renda, revelando a situação de dificuldade financeira deste contingente de famílias do PA.

Os 2,5% foram apresentados como “sem identificação”, pelo fato de não ser possível identificar qual a principal fonte de renda na unidade familiar.

Fator a ser considerado é que, apesar da predominância das rendas e atividades não-agrícolas, todas as famílias possuem mais que uma fonte de renda durante o ano. Nenhuma família entrevistada tem renda monetária exclusivamente de atividades agrícolas ou não-agrícolas, havendo sempre complementação de renda de uma ou outra. Isso quer dizer que mesmo as famílias que trabalham fora, possuem no lote alguma produção agrícola, mesmo que muitas vezes, objetivando principalmente o consumo da família, destine-se para a venda o pouco excedente.

### 6.4.1 Detalhamento das principais fontes de renda no PA Zumbi dos Palmares

Através da pesquisa, foi possível levantar a renda bruta média anual das principais fontes de renda no PA Zumbi dos Palmares.

Tabela 2: Média das rendas brutas anuais por lote.

Ano	Médias das rendas brutas anuais			
	Aposentadoria	Leite	Carvão	Trabalho fora do lote
2010	R\$ 6.630,00	R\$ 5.750,00	R\$ 4.650,00	R\$ 4.774,00

Fonte: Dados Primários

Verifica-se na tabela acima, que as maiores rendas brutas média provem da aposentadoria, seguida pela venda do leite, pelo trabalho fora do lote e por último, pela produção de carvão vegetal. Tomando como base de cálculo os valores das rendas brutas médias de 2010, verifica-se que as famílias obtêm dessas fontes de renda citadas dez salários mínimos anuais.

#### - A aposentadoria

A aposentadoria está presente em 32,5% das famílias e em todas elas se constitui como principal renda durante o ano. Em média essas famílias obtêm renda mensal de um salário mínimo, tendo seu valor acrescido conforme o aumento real do benefício concedido pelo Governo Federal. O benefício é direito garantido dos trabalhadores rurais que alcançam a idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres.

A aposentadoria vem cada vez mais aumentando sua importância frente às rendas das famílias agricultoras. Del Grossi (2000), chama atenção para o fato de que aos agricultores familiares exclusivamente agrícolas que possuem pequenas áreas de terra, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar mais de um terço da renda familiar,

independentemente do local de domicílio. Dois pontos parecem fundamentais para serem ressaltados a título de conclusões pelas implicações que representam em termos de políticas públicas, a saber:

- a) a queda das rendas agrícolas dos pequenos produtores familiares no Plano Real;
- b) a importância das aposentadorias nas rendas dos pequenos produtores familiares agrícolas.

O quadro geral é que as rendas não-agrícolas vem ganhando importância para as famílias agrícolas no Brasil, destacando-se o trabalho não-agrícola e as aposentadorias.

### **- A produção de leite**

A produção de leite vem se tornando uma das mais importantes atividades agrícolas para inserção econômica dos agricultores no mercado, visto ser fonte de renda mensal. No campo produtivo, a peculiaridade dos sistemas de produção adotados, permite sua adequação às diferentes realidades e fatores de produção, bem como a gestão da unidade de produção, geralmente familiar.

Conforme salienta Carvalho (2006), o leite é uma boa alternativa quando se pensa em um pequeno produtor disposto a trabalhar e que não tenha muito capital para investir. No período entre os dois últimos Censos Agropecuários (1995-96 e 2006), Santa Catarina foi um dos estados em que mais a produção leiteira cresceu. Essa expansão tem redesenhado o mapa estadual da produção de leite especialmente nos últimos quinze anos, em que a região oeste catarinense produzia 44% em 1985, passando a 56% em 1995/96 e a 64% em 2006. Ou seja, a produção estadual vem tendo grande expansão e concomitantemente, vem se concentrando no Oeste, onde 82% da produção vêm de pequenas propriedades com menos de 50 hectares.

A importância sócio-econômica da atividade leiteira em Santa Catarina pode ser constatada pelo número de pessoas que se encontram envolvidas direta ou indiretamente ao longo da

cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização e transporte. Além disso, a produção leiteira se constitui numa importante atividade econômica, permitindo aporte financeiro regular principalmente aos pequenos produtores, contribuindo para a sua manutenção no campo e conseqüentemente, reduzindo significativamente o êxodo rural (SANTOS, 2001).

Testa *et al.* (1996), explica que a maioria do leite produzido pela agricultura familiar se dá através da produção convencional e de seu fornecimento ao mercado através de laticínios privados e de cooperativas. As formas alternativas a esta produção convencional com maiores perspectivas de produção e de mercado podem ser reunidas em três grupos, com destaque para os dois primeiros: agroindustrialização familiar rural, produção agroecológica e exportação. A produção de leite vem sendo incentivada nos Assentamentos de Reforma Agrária, principalmente do Oeste de Santa Catarina, onde se concretizou a experiência de industrialização da Cooperoeste, criada em 1996 por 120 assentados da Reforma Agrária, a cooperativa é hoje uma das grandes produtoras de leite da região sul do país. Sediada em São Miguel do Oeste (SC), produz e comercializa cerca de 330 mil litros de leite diariamente, garantido a compra do leite das famílias assentadas.

A produção de leite é uma das linhas apoiadas pelo MST e atividade prioritária no planejamento da equipe técnica de ATES que atua em Passos Maia.

Em Passos Maia, além da Cooperoeste, as famílias também comercializam leite com outros laticínios, como a Coplavale que tem sede no município. Das famílias que estão desde a inauguração do Assentamento, conforme pode ser verificado no gráfico 3, 10% atualmente tem sua principal renda atrelada à produção de leite, sendo que, segundo informações das lideranças, a atividade é realizada por 25% das famílias como complemento de renda, carecendo de investimentos para aumentar a produção para a aquisição de

animais, melhoria das pastagens e das instalações.

A média de renda anual que a atividade gera para a família pode ser verificada através da tabela 2. Constata-se nas entrevistas, que cada vez mais a atividade ganha importância no Assentamento e que as famílias estão satisfeitas pela obtenção de renda através da venda do leite. A atividade leiteira vem se destacando, pela venda facilitada, mesmo para quem produz pouca quantidade de leite por permitir uma renda mensal. Tal renda contribui no pagamento da conta de luz e permite realizar compras mensais nos mercados, onde as famílias adquirem produtos industrializados de sua maior necessidade como: açúcar, sal, farinha de trigo, fermento biológico, macarrão, erva-mate, em alguns casos, arroz, rações para animais, ferramentas de utilização no trabalho diário e bens para o conforto da família.

A atividade leiteira pode expressar um grande potencial, visto que a maioria das famílias ainda não tem a infra-estrutura básica para ingressar na atividade e ao ingressar necessita de capacitação especialmente no que diz respeito ao uso de tecnologias produtivas de baixo custo, que respeite o animal e o meio ambiente garantindo, ainda, maior produtividade por área ocupada, como o que se prevê na prática do Pastoreio Racional Voisin (PRV).

Segundo Pinheiro Machado (2004), o PRV é um sistema de manejo das pastagens que se baseia na intervenção humana, nos processos da vida dos animais, da vida dos pastos e da vida do ambiente, a começar pela vida do solo. Dentre as virtudes do PRV está a ausência de impacto ambiental negativo, e praticamente a ausência de externalidades. Canaver (2006), afirma que a produção de leite a base de pasto, no PRV, sem dúvida é uma alternativa barata, simples e rentável, como tem sido comprovado por diversos resultados avaliados e de outros estudos.

#### **- O trabalho fora do lote**

O trabalho fora do lote é realizado por 27,5% das

famílias, sendo que em 22,5% das famílias as remunerações recebidas constituem a principal renda durante o ano. De acordo com as famílias, os principais trabalhos realizados são no Programa Saúde da Família (PSF), onde os agentes são capacitados pela Secretaria de Saúde do Município de Passos Maia e realizam uma visita por mês às famílias que residem em uma determinada região, de sua responsabilidade. Tem como objetivo instruir para prevenção de problemas de saúde e acompanhar os casos de doenças já existentes.

Outros realizaram processo seletivo na área da educação e prestam serviço no Colégio Nossa Senhora Aparecida, localizado no Assentamento, principalmente nas funções de serviços gerais e merendeira. Os mais novos postos de trabalho foram criados a partir do início da construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) próxima ao Assentamento, para a qual várias pessoas foram contratadas para prestação de serviços na obra. As tradicionais “empreitadas” (recebimento pela realização de um determinado serviço, como rocio em uma área pré mensurada) e os trabalhos diários em lavouras nos arredores do Assentamento, também são fonte de remuneração para as famílias.

#### **- A produção de Carvão Vegetal**

A atividade é explorada por 45% das famílias, destas 22,5% têm no carvão a principal fonte de renda no lote. Esse número demonstra o grande número de pessoas envolvidas na atividade de queima da lenha para a produção de carvão vegetal no PA.

Vários estudos têm apontado a produção de carvão vegetal como aquela que rende o principal produto da economia do Assentamento. Dentre os motivos que impulsionaram o início da atividade, as famílias citam: o aproveitamento da madeira do lote, a insatisfação em relação à renda oriunda das lavouras e por não haver outra fonte de renda que pudesse garantir o sustento da família. As próprias famílias relacionam como um dos fatores motivadores desta prática o insucesso da aplicação

do primeiro crédito, no início do processo de assentamento. Percebe-se então, que os fatores incentivadores foram a oportunidade (disponibilidade de lenha) e a necessidade das famílias (obtenção de renda imediata para se manter no lote).

As famílias discordam totalmente da afirmação de que haviam experiência na produção de carvão vegetal quando foram assentadas, conforme o gráfico 4, revelando que foi no processo de assentamento que a produção passou a fazer parte do dia-a-dia das famílias.



Fonte: Dados Primários

De fato, a produção de carvão vegetal ainda é muito presente no Assentamento. O que deve ser salientado é que, apesar de continuarem a produzir, as famílias revelam uma opinião negativa em relação à atividade, motivada principalmente pelo trabalho penoso e pelos problemas de saúde gerados, sendo citados: irritação nos olhos, problemas respiratórios, ressecamento da pele, dores na coluna, desmaios por causa da alta temperatura nos fornos, fadiga, dores de cabeça, agravos nos problemas cardíacos e de hipertensão. Por conta disso, a maioria das famílias reafirma que gostaria de parar com a produção de carvão vegetal e obter renda de outras atividades.





Fonte: Dados Primários

Como descrito anteriormente e apresentado no gráfico 6, apenas o grupo de famílias entrevistadas cuja principal renda é a aposentadoria, revela não produzir mais carvão vegetal.



Fonte: Dados Primários

As famílias do grupo da aposentadoria, quando questionadas sobre a produção de carvão vegetal, revelaram os motivos de parar com a atividade: pouca madeira no lote, problemas de saúde provocados ou agravados pela atividade e

pouca mão-de-obra na família.

O grupo do carvão revela continuar se dedicando com maior ênfase a esta atividade em relação aos demais grupos, por não terem outra fonte de renda satisfatória ou por necessitarem de complemento de renda para arcar com custos como a conta de energia elétrica.

As famílias do grupo do leite afirmam que produzem carvão para complementar a renda, e a única família que parou de produzir, foi motivada a parar pela fiscalização dos órgãos ambientais.

As famílias do grupo cuja principal renda provem de atividades exercidas fora do lote apresentam também o complemento de renda como fator considerado para continuar produzindo, e as famílias que não produzem ou pararam de produzir alegam pressão dos órgãos ambientais e o término da lenha disponível para continuar a produção.

Pelo relato das famílias, verifica-se que os fatores de obtenção e complemento de renda são os grandes motivadores para que a atividade seja desenvolvida pelas famílias. Os que pararam com a atividade, alegam não ter mais oferta de lenha no lote, pouca mão-de-obra, problemas de saúde e pressão dos órgãos ambientais de fiscalização, que geralmente resulta em multas para as famílias flagradas na atividade.

Na pesquisa realizada, verificou-se que a renda bruta média anual atribuída à produção de carvão vegetal é de R\$ 4.650,00, sendo o menor valor R\$ 3.000,00 e o maior R\$ 6.000,00. Quando as famílias foram consultadas sobre a afirmativa de que a produção de carvão vegetal gera boa renda, a maioria das famílias concordou, conforme o gráfico 7.

**Gráfico 7: A fabricação de carvão vegetal é uma atividade que gera boa renda**



Fonte: Dados Primários

As severas críticas à produção de carvão vegetal e as punições sofridas pelas famílias flagradas se devem aos problemas ambientais em torno da atividade. O documento base do Licenciamento Ambiental (estudo realizado no Assentamento coordenado pelo Incra) discorre sobre a infraestrutura produtiva e aponta que o maior problema do Assentamento reside na dependência da produção de carvão vegetal para a sobrevivência das famílias. Aponta também em suas conclusões, para o fato de que a maioria das famílias tem no carvão a renda principal e que este se constitui como principal produto da economia do Assentamento, relata-se, a partir destas indicações, o problema do desmatamento e a ilegalidade da atividade.

Com base no exposto acima, apresentou-se às famílias a afirmação de que a produção de carvão respeita as orientações de preservação ambiental e, como resposta, a maioria das famílias revelou discordar, conforme gráfico 8, embora existam famílias que não manifestaram opinião e outras que concordaram parcialmente com a afirmação pelo fato de acreditarem que o carvão, feito da Bracatinga (*Mimosa scabrella*), não prejudicaria a vegetação da área pela rápida regeneração da espécie.



Fonte: Dados Primários

Em muitas falas, foi afirmado que os fornos foram uma alternativa frente à necessidade de sobrevivência nos lotes e que, apesar de tudo, não gostam de trabalhar com esta atividade já que, além de agredir o meio-ambiente e ser contra os princípios da organização e da legislação ambiental, ela se caracteriza pelo fato de implicar um trabalho altamente desgastante e penoso. Ainda se afirmou que se tivessem tido instruções e outras opções, jamais escolheriam fazer carvão; com os investimentos foram comprados arados, carroças, bois e vacas, mas não existem locais apropriados para a criação dos animais, sendo que vários acabaram morrendo, da mesma forma, não existiam áreas preparadas para o trabalho, o que ocasionou na perda de vários equipamentos adquiridos. O relato apresentado acima, se referencia às declarações realizadas quando do questionamento sobre a aplicação do primeiro crédito, mostrando a relação entre a baixa eficiência produtiva gerada na aplicação do recurso e o início da produção de carvão.

Para Sauer citado por França (2005), casos como esses podem ser explicados pelo descompasso entre os investimentos para a aquisição de áreas e o assentamento de famílias, e as

demais ações governamentais voltadas para melhorar as condições de vida ou preservar o meio ambiente nos projetos. Esse descompasso já foi amplamente constatado e é resultado de uma opção governamental de investir no “cumprimento de metas”, realizando ações de visibilidade pública capazes de serem expressas em números.

#### **6.4.2. A opinião das famílias quanto às condições de renda no Assentamento**

Após verificar as diversas atividades e fontes de renda das famílias no PA Zumbi dos Palmares, procurou-se saber sobre a opinião dos entrevistados face à afirmativa “Existem famílias com boa renda, gerada por atividades agrícolas no Assentamento”. Percebe-se que, mesmo discordando da eficiente aplicação do primeiro crédito e do baixo percentual de famílias que possuem a principal renda de atividades agrícolas, os entrevistados reconhecem haver atualmente famílias com boa renda gerada por atividades agrícolas no Assentamento. (Gráfico 9).

Questionados sobre como tais famílias conseguiram obter renda satisfatória de atividades agrícolas, os depoimentos abaixo são comuns a todos os entrevistados:

*“Por terem melhor planejamento”*; (Agricultor 5)

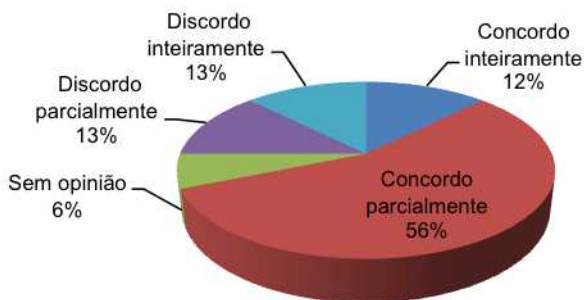
*“Essas famílias são compradoras de lote e não passaram pelo processo de acampamento, já vieram estruturadas para o assentamento”*; (Agricultor 10)

*“São as famílias que produzem leite e desta produção têm a renda mensal”*; (Agricultor 8)

*“Os que têm estrutura para trabalho e máquinas”*; (Agricultor 11)

*“São as famílias que têm crédito”*. (Agricultor 2)

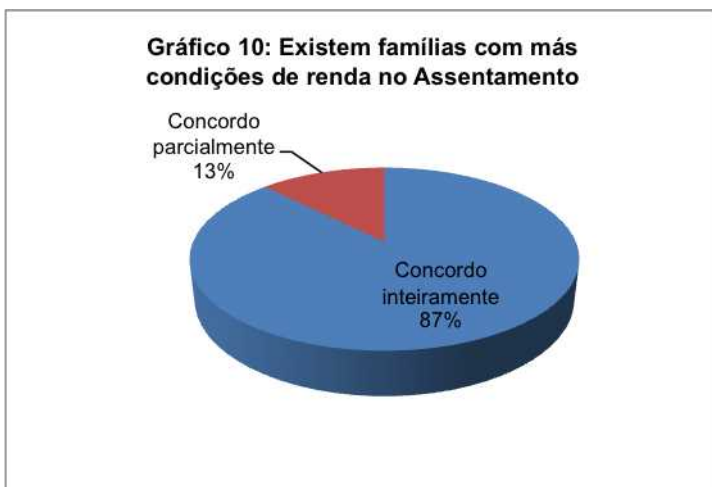
**Gráfico 9: Existem famílias com boas condições de renda no PA, geradas por atividades agrícolas**



Fonte: Dados Primários

As famílias relacionam a condição de “boa renda” agrícola com: planejamento, produção de leite, infra-estrutura apropriada para a atividade e acesso ao crédito. Ressaltam sempre que os compradores de lote, legalizados ou não, produzem e vivem em boas condições no PA.

Então, foi realizada a afirmativa: “Existem, atualmente, famílias com más condições de renda no Assentamento, independente da fonte”, o gráfico 10 expressa a concordância de todos os entrevistados.



Fonte: Dados Primários

Apesar de a maioria das famílias ter fonte de renda definida, os entrevistados reconhecem que existem casos onde a renda não é suficiente e que as famílias têm dificuldades inclusive no atendimento de suas necessidades básicas.

#### **6.4.3. A preferência das famílias em torno das atividades**

Após realizar várias questões e afirmativas em torno das rendas e dos processos vividos, as famílias foram inquiridas a responder sobre qual atividade de fato gostariam de desenvolver no lote e desta obter renda para o sustento da família. Algumas famílias responderam mais que uma atividade e o gráfico 11 apresenta a porcentagem das respostas obtidas.

**Gráfico 11: De quais atividades sua família gostaria de obter renda?**



F

Fonte: Dados Primários.

Em Passos Maia, os trabalhos desenvolvidos nos Assentamentos orientam a produção de alimentos para o auto-sustento e a obtenção de renda com a produção de leite, peixes, mel e o reflorestamento, como renda em longo prazo.

Verifica-se então, que a maioria das respostas aponta a produção de leite como sendo a mais destacada pelas famílias, em segundo lugar as famílias gostariam de produzir peixe, em terceiro lugar suínos, aves e mel e, por último, as respostas apontaram para a produção de grãos. É visível a preferência na obtenção de renda através de atividades agrícolas pelas famílias do Assentamento.

A partir da constatação de que a maioria das famílias obtém suas rendas de atividades não-agrícolas, mas que todas gostariam de obter renda de atividades agrícolas, as famílias foram perguntadas sobre o motivo ou sobre o que faltaria para desenvolver a atividade mencionada, 87% das famílias responderam ser a falta de crédito o principal fator limitante e os outros 13%, problemas relacionados à comercialização, conforme gráfico 12.





Fonte: Dados Primários

Segundo Sauer citado por França (2005), as dificuldades percebidas nos Assentamentos – falta de investimentos, falta de crédito, problemas de preços dos produtos etc. – não são esquecidas pelas famílias e há uma constante busca por renda, uma luta para permanecer na terra e melhorar as condições de vida. Essas dificuldades não eliminam os sonhos e são motivações para as constantes reivindicações por investimentos públicos nos projetos.

## **6.5. A Assistência Técnica no PA Zumbi dos Palmares**

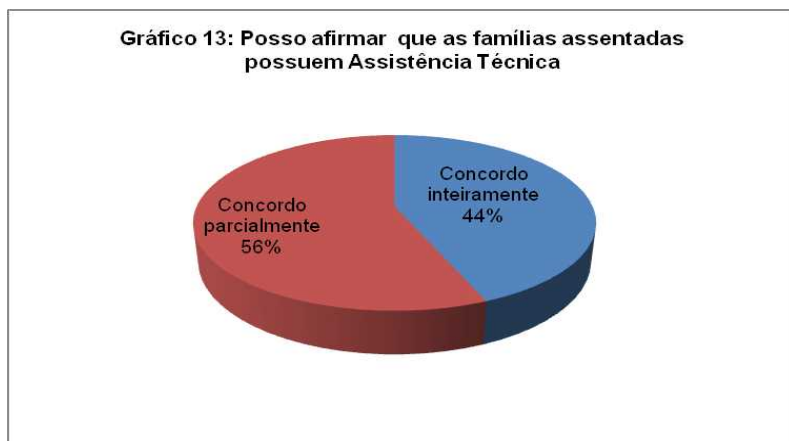
A Norma de Execução Incri nº 39 de 2004, estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. A partir desta, os Assentamentos passaram a receber novamente atendimento técnico exclusivo das equipes multidisciplinares organizadas após firmado o convênio de prestação de serviço. Em Santa Catarina, o convênio da ATES foi firmado com a Cooptrasc (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina) que dispõe de escritório central em Chapecó e escritórios regionais que atendem os assentados nos seguintes municípios: São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, Passos Maia,

Água Doce, Campos Novos, Fraiburgo, Calmon, Curitibanos, Rio Negrinho, Vidal Ramos e Presidente Getúlio.

Além do trabalho exercido pelos técnicos do convênio de ATEs, o Assentamento é assistido ainda pelos programas e políticas públicas do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município de Passos Maia, executados pela equipe municipal da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e pela equipe técnica da Secretaria de Agricultura Municipal de Passos Maia, como visto.

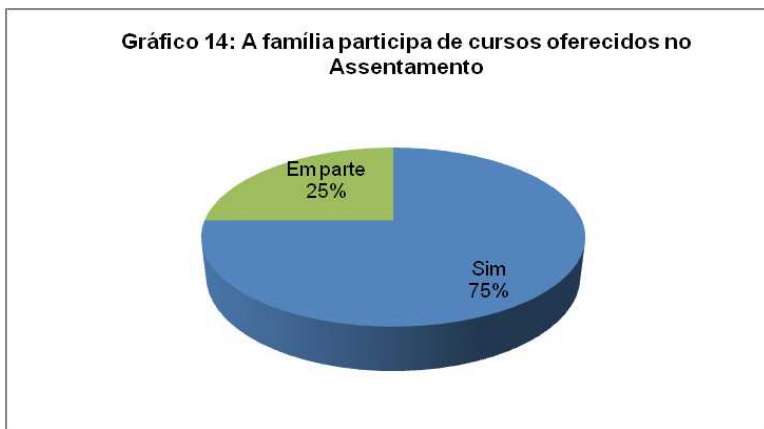
Muitos dos trabalhos são planejados em conjunto, ou têm a parceria de uma ou outra instituição na execução. Citamos como trabalhos realizados em conjunto no último ano entre as instituições, segundo relato dos técnicos: a produção de sementes de adubação verde para distribuição entre as famílias e o incentivo a conservação do solo, as unidades referência em produção de leite e a produção de mudas nativas no viveiro instalado junto à Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares.

O atendimento às famílias pelos trabalhos de extensão rural e assistência técnica é confirmado na concordância de todas as famílias entrevistadas em torno da afirmativa: “As famílias possuem assistência técnica”, conforme gráfico 13.



Fonte: Dados Primários

Diversos cursos são oferecidos no Assentamento e 75% famílias revelam participar das capacitações, 25% responderam participar em parte, o que significa que não participam em todas, mas quando possível e nos cursos que consideram de importância para a família, conforme gráfico 14.



Fonte: Dados Primários

Foi realizada pergunta aberta, sobre qual seria o papel dos técnicos no Assentamento. As respostas estão descritas abaixo e contemplam a opinião de todos os entrevistados:

*“Acompanhar as famílias na produção e realizar cursos”;* (Agricultor 1)

*“Orientar e propor melhorias”;* (Agricultor 6)

*“Auxiliar na busca de recursos”;* (Agricultor 3)

*“Auxiliar no planejamento de atividades”;* (Agricultor 5)

*“Ajudar em atividades para obter renda e orientar na correção do solo”;* (Agricultor 7)

*“Planejar a aplicação do crédito”;* (Agricultor 14)

*“Trazer novas alternativas”;* (Agricultor 11)

*“Ajudar as famílias a se organizarem”;* (Agricultor 12)

*“Ajudar as famílias a se sustentarem no lote”.* (Agricultor 4)

É importante relembrar aqui, o papel que o MST atribui

à assistência técnica ao atuar nos assentamentos. O Movimento Social afirma que, além de conhecimento técnico, os profissionais necessitam de uma boa prática pedagógica. Para o MST, o profissional deve ter uma formação eclética e não especializada. Outro aspecto é desenvolvimento dos trabalhos em grupos de famílias (ou núcleos de base), rompendo com a lógica da visão clientelista, do atendimento de lote a lote. Desta forma, as equipes poderão desenvolver sua tarefa de forma mais participativa e pedagógica.

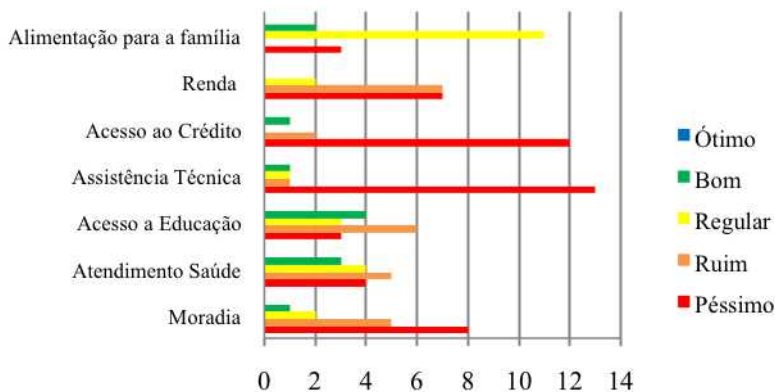
## **6.6. A satisfação das famílias na trajetória de resistência**

Buscando traçar um histórico sobre a trajetória vivida pelas famílias, foram listados indicadores que se referiram ao atendimento das necessidades básicas das famílias e à políticas públicas ofertadas à população.

Os indicadores apresentados na questão foram: alimentação para a família, renda, acesso ao crédito, assistência técnica, acesso à educação, atendimento à saúde e moradia, sendo que para estes, as famílias poderiam manifestar sua opinião utilizando as expressões apresentadas, “ótimo, bom, regular, ruim e péssimo”, em avaliação a cada indicador, se referindo a três momentos distintos da trajetória por elas vivida: antes de ingressar no acampamento, no início do processo de assentamento e nos dias atuais.

No gráfico 15, é apresentada a avaliação aos indicadores para o momento anterior ao ingresso no acampamento, ou seja, nos locais de origem das famílias.

**Gráfico 15: Antes de ingressar no acampamento**

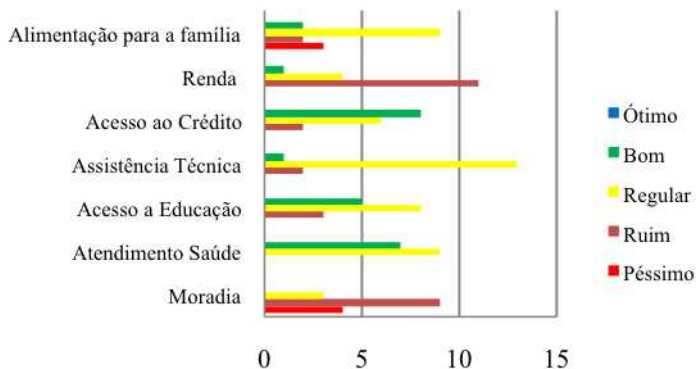


Fonte: Dados Primários

Verifica-se que a maioria das respostas revela as avaliações: regular, ruim e péssimo. Os itens “renda, assistência técnica, acesso ao crédito e moradia” foram os que tiveram avaliação classificada como “péssimo”, demonstrando a precariedade desses atendimentos no local de origem das famílias. Se levarmos em conta que todas tiveram sua origem na agricultura, verificamos que acesso ao crédito, assistência técnica, moradia e renda são gargalos históricos ligados ao meio rural. A maioria das famílias considerou regular o item relacionado à alimentação da família e houve opiniões distintas quanto ao acesso aos serviços de saúde e à educação, prevalecendo a avaliação que considera ruim, mas tendo avaliações que variaram desde “bom” a “péssimo”, isto se deve aos diferentes locais de origem das famílias.

As avaliações referentes ao período que representa o início do processo de assentamento, estão apresentadas no gráfico 16.

**Gráfico 16: Início do assentamento das famílias**



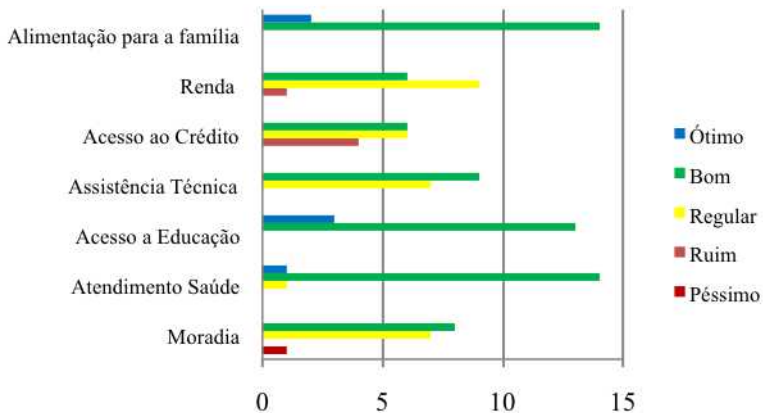
Fonte: Dados Primários

Citando as avaliações mais expressivas, foram considerados como ruins os itens “moradia” e “renda”, como regular, “atendimento à saúde, acesso à educação, assistência técnica e alimentação para a família”. O único item avaliado como bom foi o “acesso ao crédito”, fato que se explica pelo acesso irrestrito das famílias ao primeiro crédito.

No gráfico 17, a avaliação referente ao momento vivido atualmente pelas famílias:

Gráfico 17: Avaliação dos indicadores na atualidade.

**Gráfico 17: Nos dias atuais**



Fonte: Dados Primários

Nos dias atuais, as famílias apontam como bom e ótimo a “alimentação das famílias, o acesso à educação e o atendimento à saúde”. A “assistência técnica” como bom a regular, aos itens “renda” e “acesso ao crédito” variaram as respostas entre ruim, regular e bom. Em relação à “moradia” as avaliações variaram mais comumente entre bom e regular, algumas famílias se manifestaram com a expressão péssimo.

O que pode ser verificado é uma tendência crescente de avaliações positivas, para todos os indicadores no decorrer dos anos, demonstrando a satisfação e a melhoria da vida das famílias no Assentamento, segundo opinião das mesmas.

Nas conversas relatadas no documento PRA, as famílias recordam sobre as dificuldades impostas pelo momento de acampamento: encontrar trabalho, distância dos familiares, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, descapitalização, abastecimento precário, além de, principalmente, momentos de constrangimento frente à discriminação sofrida. Hoje avaliam que, apesar das dificuldades enfrentadas, vivenciaram momentos de superação,

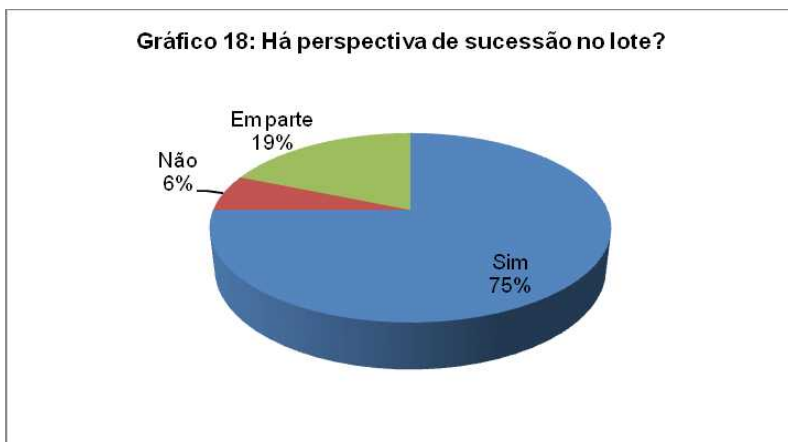
acúmulo de conhecimento e de conquistas muito importantes para suas vidas, pois possuem casas construídas, energia elétrica, terra para cultivar e criar animais, garantindo o sustento da família. O assentamento proporciona espaços de convivência coletiva, as famílias não esquecem que, mesmo após as várias conquistas, necessitam continuar organizados para novas reivindicações.

A organização coletiva é necessária para alcançar escala econômica e empoderamento social que, ao lado de infraestrutura, tecnologias apropriadas de produção, crédito, assistência técnica, educação e formação profissional, possibilitam a viabilidade econômica dos projetos de assentamento e a promoção social das famílias assentadas. Hoje sem isso, torna-se impossível garantir o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária no Brasil (Russo, 2008).

## **6.7. Perspectiva de sucessão no lote**

Visto o grande número de pessoas idosas que recebem aposentadoria no PA e a constante saída dos jovens do campo migrando para os centros urbanos, um dos grandes questionamentos gira em torno da dúvida sobre quem assumirá futuramente os trabalhos no lote. Perguntados sobre a perspectiva de algum jovem da família continuar desenvolvendo os trabalhos quando da aposentadoria dos titulares, 75% dos entrevistados responderam que o lote haverá sucessor, 19% em parte, pois os jovens estão fora e depende da vontade deles retornar ao Assentamento, em 6% dos casos, os lotes não têm possibilidade de sucessão, conforme gráfico 18.





Fonte: Dados Primários

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Zumbi dos Palmares foi criado a partir da luta coletiva, em meados de 1997, como a maioria dos PAs do estado de SC. Nesse período, vários Assentamentos foram implantados no Brasil, mas a Reforma Agrária era tratada como uma política compensatória e logo as ocupações passaram a ser criminalizadas, os trabalhadores rurais considerados lideranças políticas foram presos e famílias inteiras foram despejadas dos acampamentos.

Quando as famílias no PA Zumbi dos Palmares foram assentadas, não havia preocupação dos órgãos governamentais responsáveis em prover uma série de serviços essenciais para o sucesso da implantação e do futuro do Assentamento, também não havia metodologias adequadas que garantissem a participação das famílias na tomada de decisões, como por exemplo, na distribuição dos lotes e na liberação gradual do crédito, tudo era feito rapidamente, sem respeitar o tempo das famílias e a organização coletiva no novo processo que ali se instalava. Das 102 famílias assentadas, permanecem na área 40 que passaram pelo processo de acampamento/assentamento,

número este que representa um índice de 39%.

Vindas de vários locais do Estado e oriundas da agricultura, as famílias relembram que a área onde foram assentadas era composta por mato fino e capoeira, sendo que a madeira boa já havia sido retirada, o solo ácido dificultava o cultivo e que não havia áreas abertas para o plantio o que acarretou numa necessidade de desmatamento para a implantação de sistemas de produção agrícola.

Pelo relato dos entrevistados, havia poucos profissionais nas equipes técnicas e muitas famílias a serem atendidas, além da necessária liberação do crédito ainda precisava ser garantida a produção de alimentos básicos, o que gerava grande demanda de trabalho para as equipes. Muitas críticas foram realizadas a partir dos questionamentos referentes à aplicação do primeiro crédito, revelando que as famílias não conseguiram com este estruturar e desenvolver no lote atividades que gerassem renda suficiente para o sustento e nem o pagamento pelos recursos acessados, tendo como consequência um elevado número de famílias inadimplentes e, portanto, inaptas a acessar as políticas de crédito destinadas aos beneficiários da Reforma Agrária. Ninguém deixou de honrar com os pagamentos por outro fator que não fosse a dificuldade, esta constatação traz novamente a discussão da importância do crédito e da Assistência Técnica se firmarem como políticas públicas complementares, bem como da necessidade de planejamento no momento da aplicação do crédito.

As fontes de renda encontradas no Assentamento foram: aposentadoria, venda de carvão, leite e grãos, trabalho fora do lote e benefícios sociais. Podendo ser considerados como principais fontes de renda do PA: aposentadoria (presente em 32% das famílias), trabalho fora do lote (22,5%), a produção de carvão vegetal (22,5%) e a produção de leite (10% das famílias). A maior renda bruta média anual provem da aposentadoria (R\$ 6.630,00), em seguida tem-se a produção de leite (\$ 5.750,00), o trabalho fora do lote (R\$ 4.774,00) e a

produção de carvão vegetal (R\$ 4.650,00). Em média, as famílias possuem rendimentos de 10 salários mínimos por ano provenientes das fontes citadas.

Um fator a ser considerado é a predominância de atividades não-agrícolas como principais fontes de renda no PA, presente em 85% das famílias. Todas as famílias possuem mais que uma fonte de renda durante o ano para complementar aquela tida como principal. No decorrer dos anos de assentamento, 12,5% das famílias conseguiram estruturar as atividades agrícolas de tal forma que possuem sua principal renda provinda da produção de leite e de grãos.

A produção de carvão vegetal teve seu início causado pela insatisfação em relação à renda oriunda das lavouras, para aproveitamento da madeira do lote e por não haver nos primeiros anos outra fonte de renda que garantisse o sustento da família. As famílias não possuíam experiência na produção de carvão vegetal, a atividade é ainda muito presente no Assentamento, tendo nos fatores obtenção e complemento de renda como grandes motivadores, sendo que seu processo desenfreado de produção deixou a busca por alternativas agrícolas de potencial para a região em segundo plano.

Todas as famílias concordam que a produção de carvão vegetal gera boa renda e manifestam estar cientes das severas críticas que recebem e das punições sofridas pelas famílias devidas aos problemas ambientais em torno da atividade.

As famílias revelam não gostar de trabalhar com esta atividade, pois além de agredir o meio ambiente e ser contra os princípios da organização da qual fazem parte, ela é ainda um trabalho desgastante e penoso. As famílias que não produzem ou pararam de produzir alegam pressão dos órgãos ambientais, término da lenha disponível, pouca mão de obra e problemas de saúde gerados pela atividade.

Foi revelado haver no PA famílias com boa renda gerada por atividades agrícolas, os entrevistados associam essa condição com planejamento, produção de leite, infra-estrutura

apropriada para as atividades e acesso ao crédito; indicam melhores condições de renda às famílias que adquiriram seus lotes através da compra. Os entrevistados reconheceram haver casos no PA em que as famílias não obtêm renda suficiente nem mesmo para atender suas necessidades básicas.

Questionados sobre qual atividade de fato gostariam de desenvolver no lote e desta obter renda para o sustento da família, 52% dos entrevistados apontaram para a produção de leite, em segundo lugar a piscicultura (20%), em terceiro lugar a produção de suínos, aves e mel (8%) e, por último, as respostas foram relacionadas à produção de grãos (4%).

A partir da constatação de que a maioria das famílias obtêm suas rendas de atividades não-agrícolas, mas que todas gostariam de obter renda de atividades agrícolas, perguntou-se sobre o que faltaria para desenvolver a atividade mencionada, 87% das famílias responderam crédito e 13% apontaram problemas no momento da comercialização.

As famílias revelaram ter atendimento da Assistência Técnica e afirmaram, em 75% dos casos, participar efetivamente dos cursos oferecidos no PA.

Através da pesquisa, foram avaliados os itens, “alimentação para a família”, “renda”, “acesso ao crédito”, “assistência técnica”, “acesso à educação”, “atendimento à saúde” e “moradia”, em três momentos distintos: antes de ingressar no acampamento, no início do Assentamento e nos dias atuais. Na opinião dos entrevistados houve melhorias significativas no atendimento às famílias e na oferta de serviços básicos aos moradores no decorrer dos anos, o que mostra a satisfação das famílias com o processo de assentamento.

Por último, visto o grande número de pessoas idosas no PA e que recebem aposentadoria, verificou-se a possibilidade de sucessão no lote, as respostas apontaram para o fato de que 75% dos lotes terão sucessor.

Tomando como base o relatado neste trabalho, conclui-

se sobre a importância de um processo planejado e participativo na implantação dos novos Assentamentos por ser um momento crucial de decisões importantes, das quais, dependerá o futuro das famílias no PA. Também alerta-se para a necessidade da concreta aplicação de um plano de recuperação dos Assentamentos criados há mais tempo, como é o caso do Zumbi dos Palmares.

Outro fator importante é a oferta de Assistência Técnica de qualidade e em quantidade suficiente, compondo equipes com profissionais que se identifiquem com o processo e que primem pelo trabalho alicerçado em técnicas agrícolas sustentáveis. A Assistência Técnica é fundamental desde o planejamento e aplicação do primeiro crédito, pois é a partir daí que as famílias irão estabelecer produções agrícolas que garantirão suas rendas no decorrer dos anos.

Faz-se necessário, no PA Zumbi dos Palmares, um trabalho de recuperação das atividades agrícolas, impulsionando principalmente a atividade leiteira que se destaca na preferência das famílias, garantindo renda mensal, principalmente para as famílias produtoras de carvão que poderão, aos poucos, cessar a atividade, convertendo seus esforços em outros sentidos. Esse caminho passa também pelo acesso às políticas de crédito.

Ficam duas grandes motivações, primeiro o apontamento de melhorias significativas da vida das famílias a partir do assentamento, e segundo o grande índice de lotes que, de acordo com as famílias, terão sucessor, demonstrando que haverá uma segunda geração de titulares que já convivem no PA e que certamente irão contribuir para as mudanças necessárias.

Por fim, é importante salientar que ninguém indica a possibilidade de abandono do lote. No balanço entre melhorias e dificuldades ainda existentes apontam claramente para um saldo positivo, uma vez que estas famílias estariam em condições de miséria, muito provavelmente na periferia das

idades, agravando os problemas urbanos. Parece-nos urgente no Assentamento:

- A repactuação das dívidas;

- Disponibilização de novas linhas de crédito, sobretudo para reestruturação das atividades agrícolas no PA com foco na atividade leiteira, oferecendo assistência técnica em quantidade e qualidade adequadas a uma produção leiteira em Pastoreio Racional Voisin (PRV) que assegure às famílias uma atividade econômica rentável adequada social e ambientalmente.

Como próximo trabalho sugere-se a pesquisa com as famílias produtoras de leite, estudando os desafios e potencialidades da atividade no Assentamento, principalmente buscando estudar a forma como ela vem sendo desenvolvida, no que se refere aos manejos adotados e custo de produção.

## 8. REFERÊNCIAS

CALDART, R. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, extraído da página [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142001000300016&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142001000300016&script=sci_arttext&tlng=en), dia 30-09-2008.

CANAVER, B.S; MACHADO FILHO, L.C.P; RECK, A.B;ENRIQUEZ,D. **Produção Agroecológica de Leite em Pastoreio Racional Voisin em Municípios do Oeste Catarinense**. Revista Extensio (Revista Eletrônica de Extensão), número 4, ano 2006.

Cartilha. **II Plano Nacional de Reforma Agrária, paz, educação e qualidade de vida no meio rural**. Edição especial para o 5º Fórum Social Mundial. 2005.

CARVALHO FILHO, J.J.de. **A nova (velha) questão agrária**, Publicado no jornal Valor Econômico edição dia 22/02/2008.

CONCEIÇÃO, P.H.Z.da; CONCEIÇÃO, J,C,P,R,da. **Atividades não-agrícolas no Brasil Rural**. In Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Novembro de 2006, Quito, Equador.

COOPTRASC. **Plano de Recuperação do Assentamento – PRA Zumbi dos Palmares**, 2005.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997**. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, S.P.: EMBRAPA, 2000. v. 1.

Documento: Caderno de Cooperação Agrícola nº14. Publicação do MST.

Documento: **Caderno de Debates 1**. 2009.

Documento: **Licenciamento Ambiental do PA Zumbi dos Palmares**. Incra/VPC Brasil. Setembro de 2006.

Documento: **Manual Operacional de ATES**. Incra. Acessado no site [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), em 25/09/2008.

Documento: **MST, lutas e conquistas**. 2010.

FERNADES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, ed. Vozes, 2000.

FRANÇA, C.G; SPAROVEK, G; BUAINAIN, A.M; **Assentamentos em Debate**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília : NEAD, 2005. 300 p, (Nead Debate ; 8).

GUANZIROLI, C.E; BRUNO, R; SOUZA, I.C.de; DIAS, M.M; **Assistência Técnica para Assentamentos Rurais. Análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Relatório de Consultoria, Rio de Janeiro/Brasília, 2003.

HEINEN, M.I; **O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula.Antecedentes. Plano. Possibilidades e limites de sua execução.** in [http://agata.ucg.br/formularios/site\\_docente/jur/milton/pdf/texto\\_lula.pdf](http://agata.ucg.br/formularios/site_docente/jur/milton/pdf/texto_lula.pdf) , acessado em 06/11/2010.

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; LEITE, S; CINTRÃO, R.(Coords.) (2001). **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ (mimeo), 479pp. (CPDA)

Instrução Normativa Incri nº 15, de 30 de Março de 2004.

KAGEYAMA, A. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agricultura São Paulo. 2001. Pesquisa encontrada no site [www.ceul.ufms/revista=geo/n4\\_art\\_05.pdf](http://www.ceul.ufms/revista=geo/n4_art_05.pdf). Acesso em 01/10/2008.

LIMA, A. J. P. de et. Al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001.

MACHADO, L.C.P. **Pastoreio Racional Voisin, tecnologia agroecológica para o Terceiro Milênio**. Porto Alegre: ed Cinco Continentes, 2004.310 p.

MENDONÇA, M.L. **Avaliação dos programas de crédito**



**fundiário do Banco Mundial no Brasil**, artigo publicado no site <http://alainet.org/active/12942&lang=es>, acesso em 15/09/2008.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

Norma de Execução Incra, nº 67 de Novembro de 2007.

RAMALHO, C. B; **Quem são os sem-terra? A relação campo – cidade na questão da Reforma Agrária**. Presidente Prudente, 1998 (Relatório Parcial do Projeto de Pesquisa, apresentado ao CNPq/PIBIC e ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente).

RAMOS, G. A. S; **O modo de produzir e sua influência na saúde dos camponeses e camponesas dos Assentamentos: Pastorinhas, Ho Chi Minh e Resistência**– Monografia apresentada a UFSC.Florianópolis, 2009. 132 f.

STÉDILE, J.P; **A questão agrária no Brasil 3: Programas de Reforma Agrária 1946-2003**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 240 p.

Norma de Execução Incra nº 39 de 30 de Março de 2004.

Norma de Execução do Incra nº 67 de Novembro de 2007

[Resolução do CONAMA nº 284, de 30 de agosto](#) de 2001.

RUSSO, O. **Qual reforma agrária hoje?** , artigo publicado no site [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), em 18/01/08, acesso em 20/09/2008.

SANTOS, O.V; et al. **Características recentes da produção de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/CSE n.6, Junho 2000 (texto para discussão).

SCHNEIDER,S. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais . Vol 18. n 51, Janeiro/2003.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

## **ANEXOS**

## ANEXO

Estrutura da entrevista realizada com as famílias no PA Zumbi dos Palmares.

### ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS

1- Questões fechadas para identificação dos entrevistados:

a) Nome do(s) entrevistado(s):

b) Idade dos componentes da família:

Faixa etária	Número
Até 5 anos	
de 5 a 10 anos	
de 10 a 20 anos	
de 20 a 40 anos	
de 40 a 60 anos	
Mais de 60 anos	

c) Escolaridade:

Série	Número
até quarta série do EF	
fundamental completo	
médio incompleto	
médio completo	
superior incompleto	
superior completo	

d) Condições gerais de saúde na família

boa saúde em geral com problemas rotineiros (gripes, resfriados, diarréias etc).

razoáveis, com problemas de saúde recorrentes, internações, medicamentos de uso contínuo etc.

más condições de saúde com freqüentes buscas ao sistema de saúde, ocorrência de enfermidades crônicas como

**depressão, problemas cardíacos, hipertensão, problemas respiratórios severos etc.**

**Caso seja esta última alternativa, comente:**

**2- Questões sobre o processo de Acampamento/Assentamento**

**1- A família passou por todo processo de acampamento, até o Assentamento definitivo na área que hoje é o Assentamento Zumbi dos Palmares.**

sim	não	em parte

**2- A família já trabalhava na agricultura antes de serem acampados?**

sim	não	em parte

**3- A família está em dia com seus compromissos financeiros e tem acesso ao crédito.**

sim	não	em parte

**4- Há perspectiva de sucessão no lote.**

sim	não	em parte

**6 - A família participa dos cursos/capacitações oferecidos no Assentamento.**

sim	não	em parte
-----	-----	----------

--	--	--

3- Questões utilizando a escala de Likert.

Escores:

1. Concordo inteiramente
2. Concordo parcialmente
3. Sem opinião
4. Discordo parcialmente
5. Discordo inteiramente

**1- Posso afirmar que existem famílias com boas condições de renda no Assentamento, geradas por atividades agrícolas.**

1	2	3	4	5		

**2- Posso afirmar que existem famílias com más condições de renda no Assentamento.**

1	2	3	4	5		

**3- Posso afirmar que a aplicação do crédito, quando assentados, não resultou em desenvolvimento de atividade agrícola no lote que gerasse renda adequada para a família? (ou renda suficiente para pagar os primeiros créditos)**

1	2	3	4	5		

**4- Posso afirmar que a atividade de fabricação de carvão vegetal é uma atividade que gera boa renda?**

1	2	3	4	5		

5- A família: ( ) produz carvão ( ) não produz carvão ( ) Parou de produzir.

6- Posso afirmar que a família havia experiência em produção de carvão vegetal?

1	2	3	4	5		

7- Posso afirmar que a atividade do carvão não esta em acordo com as orientações para a preservação do meio ambiente?

1	2	3	4	5		

8- Posso afirmar que a atividade de carvão gera problemas de saúde aos agricultores?

1	2	3	4	5		

9- Posso afirmar que as famílias assentadas possuem de Assistência Técnica.

1	2	3	4	5		

### 3. Questões abertas

1- Como era o lote quando vocês chegaram na área que foi destinada para a família? (vegetação, área para plantio, condições do solo...)

2- **Comente sobre todos os créditos recebidos desde o início? Como foi a aplicação deles? Os créditos refletiram em atividades agrícolas que vem sendo desenvolvidas no lote? O que foi planejado deu certo? (contar essa trajetória)**

3- **De onde vêm às rendas das famílias atualmente:**

**Atividades Agrícolas:**

<b>Atividade</b>	<b>Renda Bruta Anual</b>	<b>Recursos próprios ou crédito</b>

**Verificar satisfação com cada uma das atividades**

**Atividades não Agrícolas:**

<b>Atividade</b>	<b>Renda Bruta Anual</b>

**Verificar por que necessita das atividades não agrícolas, ou se consegue viver bem com a aposentadoria.**

4- **Como foi a orientação da assistência técnica na obtenção e aplicação do crédito ou dos créditos?**

5- **De qual atividade a família gostaria de fato, de obter renda?**

**E o que seria necessário para iniciá-la ou desenvolve-la?**

- 6- Na sua opinião qual deve ser o papel da assistência técnica no Assentamento?**
- 7- Existem atualmente famílias no assentamento que se destacam na geração de renda do lote? A que se deve ?**
- 8- Na sua opinião, o que ainda falta para as famílias do assentamento viverem melhor?**

Avaliação: Péssimo, Ruim, Regular, Bom, ótimo.

	Antes de ser assentado	Início do assentamento	Nos dias atuais
Moradia			
Atendimento Saúde			
Acesso a Educação			
Assistência Técnica			
Acesso ao Crédito			
Renda			
Alimentação para a família			